

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**RÚBIA PIMENTEL DA SILVA**

**O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NA LÓGICA DA INSERÇÃO DO  
ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO REFLEXIVO**

**Florianópolis, 2009/02**

RÚBIA PIMENTEL DA SILVA

**O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NA LÓGICA DA INSERÇÃO DO  
ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO REFLEXIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Manoela Valença.

Florianópolis, 2009/02

# **O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NA LÓGICA DA INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO REFLEXIVO**

Elaborado por Rúbia Pimentel da Silva

Este trabalho de Conclusão de Curso é requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e foi julgado e aprovado no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina pela Comissão constituída dos membros:

Banca Examinadora:

---

Profª Drª Maria Manoela Valença

Profª. Departamento de Serviço Social - UFSC

Orientadora

---

Profª Mª. Maria Izabel da Silva

Profª. Departamento de Serviço Social – UFSC

1ª Examinadora

---

Profª Drª Carla Rosane Bressan

Assistente Social da Secretaria de Estado da Educação - SC

2ª Examinadora

Florianópolis, 04 de dezembro de 2009.

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.

Paulo Freire

## AGRADECIMENTOS

Aprendi nesses meus vinte e quatro anos que a vida é intensamente marcada por momentos, assim como também por pessoas especiais. Dessa forma, não posso deixar de agradecer neste momento de conclusão de curso, tão cheio de emoção, sem lembrar meus queridos amigos e familiares, pelos quais pude ter o prazer da convivência nestes meus anos de vida.

Assim, agradeço primeiramente a toda a minha família por sempre considerar a educação e a busca pelo conhecimento como algo fundamental para a construção de um futuro repleto de possibilidades.

Em especial agradeço inicialmente aos meus avós José e Regina por não economizarem esforços neste meu período de formação acadêmica e por mostrarem que as limitações da vida somente nos tornam mais fortes.

Aos meus pais, Rubens (*in memoriam*) e Regina, e a minha irmã, Geovana, pelo apoio de todos esses anos, pelo carinho, por nunca me deixarem desistir de meus sonhos, e principalmente, por serem imensamente compreensíveis comigo.

Aos meus queridos tios, tão inteligentes e competentes, Nazareno e Jaqueline. Estes, por estarem sempre em busca de um aprimoramento intelectual em seus campos de atuação profissional, trouxeram-me durante essa jornada, inquietantes conversas e constatações sobre variados assuntos.

Gostaria de agradecer aqueles, ou melhor, aquelas, que estiveram ao meu lado quase todo o período de formação acadêmica. A essas amigas tão especiais que presenciaram em mim uma mudança de valores, de gostos, de ambições, durante esse processo de reflexão sobre a realidade social, proporcionada pela universidade.

Assim, agradeço a Barbara, minha querida amiga desde os primórdios da primeira fase do curso de Serviço Social, e que me faz, neste momento de conclusão de curso, recordar das nossas diversas histórias, pois construímos uma história de amizade juntas! Agradeço pelo carinho nesses anos e por estar sempre ao meu lado!

A minha adorada amiga Flávia, a Frau, uma amiga de conversas intermináveis e de um humor irreverente, acompanhado de uma risada inesquecível. Seu esforço enquanto estudante, e também como pessoa, motiva-me a querer ser

sempre melhor em tudo que faço. Agradeço por todo o apoio e pela amizade sincera!

À Thayse, uma amizade de muitas viradas de ano! Sejam essas boas ou ruins! Amiga conquistada aos poucos, mas que hoje é muito importante em minha vida, pois posso contar com ela tanto nos bons ou nos maus momentos, quando sempre é preciso um ombro amigo.

À Lais, uma amiga descontraída, cheia de planos e que embora esteja tão longe de nós no momento, não pode deixar de ser lembrada pelo simples fato de ter marcado minha vida com a sua amizade.

À Priscila pelas gargalhadas e pelos momentos de descontração e a Denise pela ternura e pela forma surpreendente como enxerga a vida e as pessoas a sua volta.

Agradeço toda a equipe Cardiofit: Carol, Michelle, Karine, Diego, Carlos, Helen e Juliano, pela compreensão e carinho dedicados a mim nestes quatro anos de faculdade, cursados juntamente com o período em que trabalhei na clínica. Preciso lembrar também, dos tempos em que minha cunhadinha Carolina trabalhou comigo, tornando-se hoje, mais do que uma antiga colega de trabalho, mas uma amiga muito querida.

Agradeço assim de maneira geral a todas as inúmeras amizades conquistadas neste período. Não foram poucas, por isso fica aqui um agradecimento a todas essas pessoas especiais.

Gostaria de agradecer também ao meu amado Gabriel, por estar presente desde o início do desenvolvimento desse trabalho e por todo o amor dedicado a mim, assim como também pelas palavras de carinho e conforto.

E por fim, mas certamente não menos importante, a minha estimada professora, Dr<sup>a</sup> Maria Manoela Valença, por me aceitar como sua orientanda, onde quero aqui exprimir meu orgulho e admiração por sua pessoa, como também por toda sua história de vida, agradecendo pela possibilidade de desenvolver este trabalho sob sua orientação.

## RESUMO

SILVA, Rúbia Pimentel da. **O enfrentamento da questão social na lógica da inserção do assistente social na Política de Educação: um estudo reflexivo. 84 fls.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso trata sobre a inserção do assistente social na Política de Educação como tema central. O objeto de estudo deste trabalho visa identificar qual o papel – lugar e identidade - do assistente social na Política de Educação pensando nas formas de enfrentamento da questão social neste contexto. A escolha do tema foi motivada pela experiência de estágio vivenciada na Universidade do Estado de Santa Catarina no ano de 2009, na qual se observou as limitações, assim como também as possibilidades de trabalho do assistente social diante da Política de Educação. Dessa forma, optou-se por fazer uma seleção bibliográfica de artigos do IX e do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, que trabalhavam com o tema educação, assim como também com a vinculação do assistente social nessa realidade. Essa atividade teve como principal finalidade qualificar a prática profissional neste campo de atuação. Assim, realizou-se após essa etapa de pesquisa bibliográfica, um breve resgate histórico dos principais acontecimentos que envolvem a história da educação brasileira. Também foi efetivada uma construção reflexiva a partir da própria pesquisa bibliográfica, no sentido de celebrar uma análise com base nas experiências de trabalho discutidas pelos profissionais através dos artigos encontrados, como também de suas reflexões com relação à prática profissional do assistente social na Política de Educação.

**Palavras - chave:** Política de Educação; Questão Social; educação escolar; Serviço Social.

## LISTA DE SIGLAS

- ABEPSS** – Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social
- APAE** – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- BIRD** – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
- CBAS** – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
- CEE** – Conselho Estadual de Educação
- CFESS** – Conselho Federal de Serviço Social
- CME** – Conselho Municipal de Educação
- CNE** – Conselho Nacional de Educação
- CRESS** – Conselho Regional de Serviço Social
- DRE** – Delegacia Regional de Educação
- ENPESS** – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- GT** – Grupo de Trabalho
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MEC** – Ministério da Educação
- PET** – Programa de Educação Tutorial
- PPP** – Projeto Político Pedagógico
- SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
- SENAI** – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SME** – Secretaria Municipal de Educação
- UDESC** – Universidade do Estado de Santa Catarina
- UNESP** – Universidade Estadual Paulista
- UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -	Artigos do IX ENPESS relacionados ao tema educação.....	<b>21</b>
Gráfico 02 -	Artigos do X ENPESS relacionados ao tema educação.....	<b>22</b>
Gráfico 03 -	Artigos do IX ENPESS relacionados ao tema geral educação e os artigos relacionados ao tema específico: Serviço Social e a educação escolar.....	<b>23</b>
Gráfico 04 -	Artigos do X ENPESS relacionados ao tema geral educação e os artigos relacionados ao tema específico: Serviço Social e a educação escolar.....	<b>23</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01:	Relação de artigos do IX ENPESS (2004) relacionados ao tema: Serviço Social e a educação escolar.....	<b>25</b>
Tabela 02:	Relação de artigos do X ENPESS (2006) relacionados ao tema: Serviço Social e a educação escolar.....	<b>28</b>
Tabela 03:	Relação de assuntos e respectiva quantidade de artigos encontrados no IX ENPESS.....	<b>30</b>
Tabela 04:	Relação de assuntos e respectiva quantidade de artigos encontrados no X ENPESS.....	<b>31</b>
Tabela 05:	Relação dos textos selecionados para um processo reflexivo da prática profissional na educação.....	<b>37</b>
Tabela 06:	Órgãos pertencentes à Política de Educação.....	<b>49</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1. A METODOLOGIA DE PESQUISA: A CONTRUÇÃO DO PROCESSO INVESTIGATIVO.....</b>	<b>15</b>
1.1 SOBRE O TEMA DA PESQUISA: A ESCOLHA DO OBJETO DE TRABALHO E A SUA RELEVÂNCIA.....	15
1.2 AS APROXIMAÇÕES REALIZADAS: DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DESENVOLVIDAS.....	17
1.2.1 Identificação do tipo de pesquisa.....	17
1.2.2 As aproximações realizadas: processo de desenvolvimento da pesquisa.....	18
1.2.3 A educação em destaque: uma busca por pesquisadores que abordem sobre o tema educação.....	20
1.2.4 Um momento de reflexão: a importância do resgate histórico e a reflexão com base nos materiais pesquisados.....	32
<b>2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL.....</b>	<b>38</b>
2.1 BREVE APRESENTAÇÃO HISTÓRICA DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	38
2.1.1 Do Período Colonial à Primeira República.....	39
2.1.2 Da Primeira República até a construção da Constituição de 1988.....	41
2.1.3 A constituição de 1988 e a atual Política de Educação no Brasil.....	45
<b>3. A QUESTÃO SOCIAL E AS SUAS EXPRESSÕES DIANTE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.....</b>	<b>50</b>
3.1 INICIANDO A DISCUSSÃO SOBRE A QUESTÃO SOCIAL.....	50

3.2	A QUESTÃO SOCIAL, SUAS EXPRESSÕES DIANTE DA REALIDADE DA EDUCAÇÃO E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.....	56
3.3	A ANÁLISE DA PRÁTICA PROFISSIONAL NA PERSPECTIVA DE DOIS ÂMBITOS DE TRABALHO: NO PLANEJAMENTO E NA GERÊNCIA, COMO TAMBÉM NO ATENDIMENTO DIRETO.....	60
3.3.1	<b>A atuação do assistente social no planejamento e na gerência da Política de Educação.....</b>	<b>60</b>
3.3.2	<b>A atuação do assistente social no atendimento direto diante da política de educação.....</b>	<b>65</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>80</b>

## INTRODUÇÃO

Pensar a prática profissional do assistente social na educação implica analisar as expressões da questão social identificadas na realidade da Política de Educação. Dessa forma, o assistente social é habilitado a trabalhar com essas expressões na realidade cotidiana das instituições de ensino, construindo alternativas para sua atuação durante seu exercício profissional, como também planejando propostas de modo a inserir a realidade da educação em um contexto mais amplo.

O tema educação, portanto, exige da categoria profissional uma ampla reflexão e sistematização de suas competências diante dessa realidade, numa perspectiva de tornar essa prática garantidora da emancipação do sujeito como cidadão, da efetiva realização dessa cidadania, assim como também da garantia dos direitos, tanto dos estudantes, como também daqueles que circundam a Política de Educação.

A proposta de estudo realizada tem como objetivo geral, portanto: refletir sobre o papel – lugar e identidade - do assistente social na Política de Educação, envolvendo assim, uma análise sobre sua prática diante da questão social e as expressões identificadas no ambiente escolar. Os objetivos específicos são dessa forma: compreender o papel do assistente social no atendimento direto (nas Instituições de Ensino, atendendo aos estudantes, famílias, e demais envolvidos) assim como também seu papel dentro dos órgãos de planejamento e gestão da Política de Educação; contribuir para o conhecimento dentro do meio acadêmico sobre a relação da profissão com a Política de Educação; como também fazer um apanhado de trabalhos e artigos que abordem sobre o tema educação e o serviço social para o auxílio de outros estudos sobre a prática profissional neste contexto.

Dessa maneira, a busca por tais respostas ocorre principalmente através de um resgate bibliográfico a partir dos artigos identificados nos IX e no X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) cujos trabalhos mantinham relação com a discussão sobre a educação e conseqüentemente sobre a prática profissional do assistente social relacionada à educação escolar.

A estruturação de trabalho é dividida, portanto, em três seções: a primeira permite que o leitor entenda todos os procedimentos e aproximações realizadas durante a pesquisa bibliográfica. Dessa forma é abordado nesta seção sobre a escolha do objeto de trabalho e qual a sua relevância para a realidade social e acadêmica, identificando também o tipo da pesquisa realizada e sobre todo o processo de desenvolvimento dos procedimentos utilizados durante a pesquisa. Justificam-se aqui também as demais aproximações com relação às seções subseqüentes.

A segunda seção realiza um resgate histórico dos principais acontecimentos que marcaram a educação brasileira dos períodos que envolvem desde a descoberta do Brasil até o processo de construção das conquistas constitucionais e do reconhecimento do direito à educação.

A terceira seção busca problematizar o eixo central de análise do trabalho no que refere-se a questão social e as suas expressões diante da Política de Educação, como também sintetizar as informações e conhecimentos obtidos através das etapas do processo de desenvolvimento deste trabalho, no sentido de obter respostas sobre as questões relacionadas a prática profissional do assistente social com relação a Política de Educação.

Assim, identificaram-se nesta seção os artigos que poderiam auxiliar nessa busca de conhecimento sobre o exercício profissional dentro desse contexto e responder sobre os questionamentos iniciais com relação a problemática do enfrentamento da questão social na lógica da realidade da educação. Reflete-se igualmente sobre a prática profissional e o seu papel no atendimento direto - Instituições de ensino, no atendimento com os estudantes, famílias - como também sobre seu papel dentro dos órgãos de planejamento e gestão da Política de Educação.

Por fim, compuseram-se algumas considerações finais sobre o tema, enaltecendo a importância da identificação dos resultados obtidos com relação a pesquisa bibliográfica, como também de todo o progresso da reflexão a cerca dos produções teóricas sobre o tema educação encontrados através da pesquisa exploratória.

## 1. A METODOLOGIA DE PESQUISA: A CONTRUÇÃO DO PROCESSO INVESTIGATIVO

### 1.1 SOBRE O TEMA DA PESQUISA: A ESCOLHA DO OBJETO DE TRABALHO E A SUA RELEVÂNCIA

Sabe-se que a questão social, objeto de trabalho do Serviço Social, hoje é complexa devido às determinações da política neoliberal, que prioriza o econômico em detrimento do social. Dessa forma, impera na realidade atual um retrocesso no que diz respeito a um desmonte dos direitos sociais conquistados pela sociedade.

Assim, acredita-se que o assistente social, no seu envolvimento com a realidade social, possui competência para trabalhar com as determinações expressas por essa realidade, com relação as expressões da questão social. Segundo Souza, I. L.(2004a)<sup>1</sup>, o profissional tem competência de planejar, propor, elaborar e executar os seus projetos sociais em defesa da diversidade humana, da cidadania e da democracia.

Com relação a sua atuação no campo da educação, a ação profissional é reconhecível na Política de Educação, pois pode atuar justamente em um campo de diversidades, sejam estas humanas, culturais, econômicas, onde “[...] as relações interpessoais estão em constante processo de ruptura e aliança, a competição, o individualismo, a dualidade de poderes reclamam ações que transformem o ser humano enquanto autor e ator de uma história com posturas éticas.” (SOUZA, I. L., 2004a, p. 07)

Contudo, as respostas dadas pelo assistente social na área da Educação necessitam ser discutidas mais amplamente pela categoria profissional a fim de que

---

<sup>1</sup> Cabe salientar aqui que serão citados por diversas vezes as autoras “SOUZA, I.L. (2004a)” e “SOUZA, I. L. (2004b)”. Segundo as normas da ABNT, quando forem citados dois autores com o mesmo sobrenome e mesmo ano de publicação os primeiros nomes são abreviados Ex. Silva C. R.; Silva C. M. (2002). Contudo, opta-se aqui por colocar a utilização das letras “a” e “b” para a diferenciação, já que há muita semelhança nas autoras “Ilza de Lima Souza” e “Iris de Lima Souza”, com publicações no ano de 2004. Conforme orientação da Professora Maria Izabel da Silva, responsável até o presente momento pela disciplina de Processos de Trabalho no Serviço Social: análise e avaliação, do curso de Serviço Social da UFSC, a editora da Universidade utiliza-se deste recurso para a diferenciação dos autores com semelhanças na grafia dos nomes e anos de publicação.

sejam esclarecidas quais as demandas de trabalho presentes nesta área, verificando o que a realidade social e as expressões da questão social, visualizadas em seu campo de trabalho, mostram ser competência do assistente social. Esse processo de reflexão sobre a prática profissional na área da educação é essencial para que a atuação profissional se fortaleça e se amplie no sentido de trazer novas possibilidades de trabalho dentro da Política de Educação.

Sendo assim, a vontade de propagar um conhecimento que abordasse sobre a temática educação, pensada na perspectiva da inclusão dos assistentes sociais na Política de Educação, parte primeiramente da experiência de estágio realizada no ano de 2009 na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O interesse, dessa forma, desenvolve-se devido as dificuldades encontradas neste campo de estágio no sentido da não compreensão de quais seriam as reais atribuições do profissional no seu trabalho com a Política de Educação.

No decorrer dessa experiência surgem diversos questionamentos com relação ao papel do assistente social na educação e sobre quais suas propostas de trabalho para atuar nesta área. Assim, um dos principais motivos para a realização da pesquisa foi a necessidade de responder sobre um questionamento central com relação às respostas a serem dadas para o enfrentamento da questão social e da crise no mundo do trabalho no contexto da política de educação<sup>2</sup>.

Essa problematização acabou por resultar na construção do objeto de trabalho que teve o intuito de refletir sobre qual seria “O papel - lugar e identidade - do assistente social na Política de Educação”.

Essa proposta tem, portanto, relevância tanto para a profissão como também para a faculdade de Serviço Social, pois o tema ainda é pouco explorado na academia no decorrer da graduação de Serviço Social. A partir desse processo de desenvolvimento do trabalho busca-se colaborar, assim, com a pesquisa de outros profissionais e estudantes com relação ao tema, pois no decorrer dessa construção

---

<sup>2</sup> Problematização iniciada a partir dos questionamentos feitos por Maria Cristina Leal em artigo publicado para a revista “Em Foco” nº 3, de novembro de 2008. O tema trabalhado foi a “Política Educacional e Questão Social”. Leal é professora da faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui graduação em Licenciatura Em História pela Universidade Federal Fluminense (1973), mestrado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (1982) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: política social, criança e adolescente, direitos humanos, educação pública e serviço social. Dados obtidos no site: <lattes.cnpq.br/5452109466180814>. Acesso em dia 17 de agosto (21:18).



desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica e posteriormente uma reflexão dos materiais coletados.

Portanto, o presente trabalho reflete sobre qual é o papel do assistente social nesta realidade pensando na sua atuação do profissional diante do enfrentamento da questão social, e o sobre seu papel na política de Educação com relação a atuação direta ao público alvo dessa política e nos órgãos de planejamento e gestão da Política de Educação.

## **1.2 AS APROXIMAÇÕES REALIZADAS: DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DESENVOLVIDAS**

### **1.2.1 Identificação do tipo de pesquisa**

A fim de complementar as discussões realizadas no âmbito da categoria profissional, assim como também colaborar com o processo de aprendizagem a partir da experiência de estágio na UDESC, a pesquisa realizada para o trabalho de conclusão de curso de Serviço Social têm como objetivo refletir sobre qual o papel do assistente social no trato da questão social, na sua relação com a Política de Educação.

Dessa forma, a pesquisa busca colher informações sobre as discussões ocorridas sobre o tema “Educação”, a partir: da sistematização de profissionais que atuam na área – sobre a atuação do profissional no atendimento direto com os estudantes, docentes, famílias, entre outros segmentos relacionados ao ambiente escolar; da experiência do profissional assistente social como protagonista na construção da Política de Educação, nos órgãos de planejamento e de gerência educacional, seja nas Secretarias de Educação, nas Coordenadorias; das produções textuais com relação ao tema proposto; da participação nas discussões ocorridas no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) de Santa Catarina sobre a inserção do assistente social na Educação.

Identifica-se, portanto, como uma pesquisa de caráter exploratório, pois se busca através desta obter respostas por meio dos dados obtidos. Para Bello (2004),

a pesquisa exploratória “é toda pesquisa que busca constatar algo num organismo ou num fenômeno.” Segundo Gil (1999),

[...] as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizadas. (p. 43).

Os dados coletados são embasados, portanto, por uma pesquisa bibliográfica que aborda qualitativamente os temas expostos, que analisa os conhecimentos dos profissionais envolvidos de forma subjetiva. A análise desse material pesquisado teve como base, fundamentação teórica absorvida durante a trajetória acadêmica, como também no decorrer do processo investigativo da pesquisa.

Nesse sentido, para Minayo (apud VICENTE 2009), trabalhar com a pesquisa qualitativa envolve o universo dos significados, das aspirações, das crenças e das atitudes. Envolve, dessa forma, a interpretação da subjetividade dos elementos e dos sujeitos envolvidos no campo da pesquisa.

É necessário lembrar que no decorrer desse processo exploratório utiliza-se também de dados quantitativos, necessários para a compreensão do tema abordado, com tabelas e gráficos a fim de explorar os dados obtidos.

### **1.2.2 As aproximações realizadas: processo de desenvolvimento da pesquisa**

Entende-se ser essencial para a compreensão de todo o desenvolvimento desse trabalho a contextualização do seu universo de pesquisa com todas as sucessivas aproximações realizadas no decorrer dessa construção científica. Portanto, a escolha pela temática “educação” parte, como já salientado, de uma experiência de estágio e dos questionamentos ocasionados por esta experiência acerca da inserção do profissional na Política de Educação.

No decorrer desse processo de aprendizagem com relação a prática profissional busca-se primeiramente auxílio na disciplina de Supervisão de Estágio Curricular Obrigatório I. As diversas discussões ocorridas em sala de aula com

relação às experiências no campo de estágio permitiram que o tema educação surgisse naturalmente, e como conseqüência ocorre a necessidade de um aprofundamento com relação à temática educação.

Após esses momentos iniciais, a procura por profissionais que auxiliassem nesse processo investigativo mostra-se necessária. Assim, a primeira aproximação realizada ocorre na Secretaria de Estado da Educação (SEE) com a profissional, assistente social, mestre em educação e doutora em Serviço Social, Carla Rosane Bressan. A partir do diálogo com essa profissional é que o contato com o corpo discente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é iniciado.

Dessa maneira, após diálogo com a professora do departamento de Serviço Social da UFSC, mestre em educação e doutora em Serviço social, Maria Manoela Valença é que decide-se a orientação desta pesquisa.

Juntamente a esses momentos de procura por profissionais que atuassem na área da educação, desenvolve-se também algumas leituras de material bibliográfico com relação ao tema, sugeridos: na disciplina de Estágio Obrigatório I, pela Assistente Social no SEE e por fontes encontradas em revistas do Serviço Social, no CRESS da 12ª Região. Essas leituras deram forma e sustentação teórica ao projeto de pesquisa desenvolvido para a realização deste trabalho de conclusão de curso.

Assim, diante do que é argumentado e explorado no momento da construção do projeto de pesquisa para o trabalho de conclusão de curso são decididos quais os procedimentos utilizados, como também quais os materiais coletados.

Após muitas modificações nesse período de construção do projeto opta-se por analisar a bibliografia encontrada no IX ENPESS que aconteceu no ano de 2004 na cidade de Porto Alegre como também por bibliografia encontrada no X ENPESS que ocorreu no ano de 2006 na cidade de Recife.

A escolha da bibliografia encontrada nos ENPESS para embasar a pesquisa parte primeiramente por sugestão da professora orientadora desse trabalho. Contudo, a leitura realizada previamente de alguns artigos relacionados ao tema educação, inseridos nos anais desses ENPESS, também contribui para a escolha dessa amostragem.

No período de desenvolvimento dessa pesquisa também se realiza o acompanhamento da primeira reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Educação que ocorre no CRESS de Santa Catarina. A reunião aborda sobre diversos elementos

essenciais para se pensar a política da educação. Contudo, sua contribuição central para essa pesquisa é pelo fato de ter sido realizada em conjunto com os profissionais que atuam na área da educação, e percebe-se através do discurso desses profissionais, a dificuldade no que diz respeito a busca por material bibliográfico, sendo que muitos questionaram sobre uma possível indicação de material que abordasse sobre o tema.

### **1.2.3 A educação em destaque: uma busca por pesquisadores que abordem sobre o tema educação**

Com relação a pesquisa realizada com base nos artigos existentes nos IX e no X ENPESS procura-se primeiramente pesquisar quantitativamente a presença de artigos que abordem sobre o tema geral “Educação” diretamente em seus títulos, para que posteriormente haja uma quantificação dos artigos com relação a presença do Serviço Social na Política de Educação.

Dessa forma, seleciona-se primeiramente, alguns artigos dentre todos os eixos temáticos do IX e X ENPESS e opta-se por desenvolver um primeiro levantamento com base nos títulos dos artigos. Para essa busca utiliza-se algumas palavras-chave para a seleção dos artigos. A palavra “Educação” é a primeira a ser definida. Posteriormente sente-se a necessidade da definição de outras palavras-chave, por perceber-se que uma única palavra excluiria muitos dos artigos relacionados ao tema.

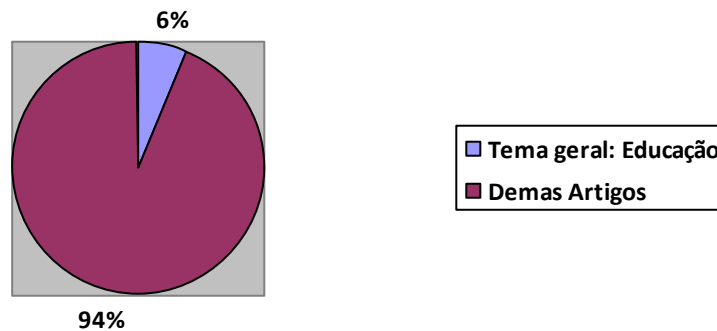
Diante do exposto, as palavras “Escola”, “Escolar”, “Educativo (a)”, “Ensino”, “Educativo” são incorporadas à pesquisa na medida em que, no momento da leitura, alguns dos títulos dos artigos<sup>3</sup> chamaram atenção pelo assunto tratado.

É preciso salientar que as palavras-chaves são definidas a fim de facilitar a pesquisa, já que no IX ENPESS há 542 artigos e no X ENPESS 460 artigos, e embora nesses encontros estivessem definidos eixos temáticos, outros eixos também incluíam artigos que abordavam o tema em questão.

---

<sup>3</sup> Cabe evidenciar que para a seleção dos artigos a partir das “palavras-chave” definidas na pesquisa são lidos todos os títulos dos artigos do IX e do X ENPESS.

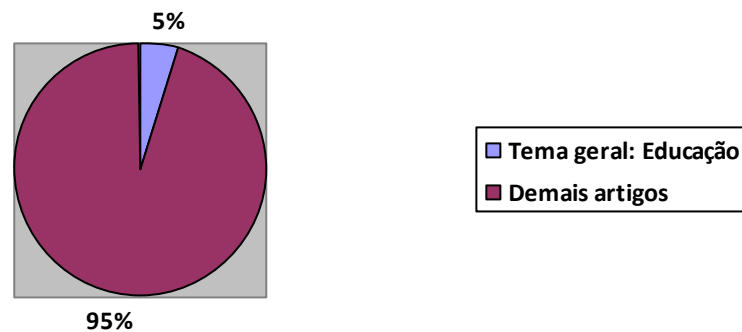
Assim, com relação ao material bibliográfico encontrado no IX ENPESS são selecionados primeiramente 34 artigos a partir das palavras-chave definidas para a pesquisa, relacionadas diretamente ao tema “Educação”. Dessa forma, definindo “Educação” como o tema geral da pesquisa é possível verificar que dos 542 artigos apenas 34 correlacionavam-se com a temática, ou seja, 6% dos artigos, como mostra o gráfico a seguir:



**Gráfico 01 – Artigos do IX ENPESS relacionados ao tema educação.**

Fonte: Rúbia Pimentel da Silva – Pesquisa bibliográfica para a seleção de artigos do IX e X ENPESS com relação ao tema Educação, 2009.

São realizados no X ENPESS os mesmos procedimentos. Assim, em um primeiro momento são selecionados 23 artigos a partir das palavras-chave definidas para a pesquisa. Dessa forma é possível verificar que dos 460 artigos encontrados no X ENPESS, apenas 23 apresentavam em seus títulos algumas das palavras-chave, ou seja, 5% dos artigos, como mostra o gráfico a seguir:



**Gráfico 02 – Artigos do X ENPESS relacionados ao tema educação.**

Fonte: Rúbia Pimentel da Silva – Pesquisa bibliográfica para a seleção de artigos do IX e X ENPESS com relação ao tema Educação, 2009.

Após esse primeiro levantamento e com o intuito de verificar respostas que atendam ao objeto da pesquisa identificado como “o papel – lugar e identidade - do assistente social na Política de Educação” é realizada outra aproximação a fim de selecionar os artigos que se vinculam à área da “Educação Escolar” e o Serviço Social.

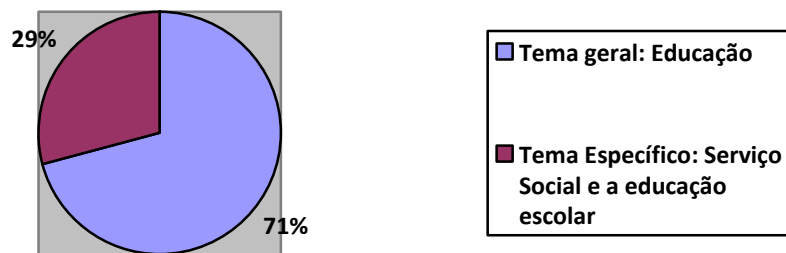
Sendo assim, de acordo com o artigo 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) <sup>4</sup>, a educação escolar compõe-se de: educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e educação superior. Nesse sentido são selecionados os artigos referentes à educação escolar que abrangiam a composição definida pela LDB.

Assim, após leitura de todos os resumos disponíveis nestes artigos<sup>5</sup> consegue-se selecionar artigos que abordem o que se define como tema específico: o Serviço Social e educação escolar. Com relação ao IX ENPESS são encontrados 14 artigos envolvendo a temática específica: Serviço Social e educação escolar, sendo estes expostos na tabela 01.

Dessa forma, dos 34 artigos selecionados previamente a partir das palavras chave, apenas 14 desses falam de certa forma sobre o Serviço Social e a educação escolar. Portanto, com relação aos 34 textos analisados no IX ENPESS, 29% falam sobre o espaço da educação escolar.

<sup>4</sup> Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

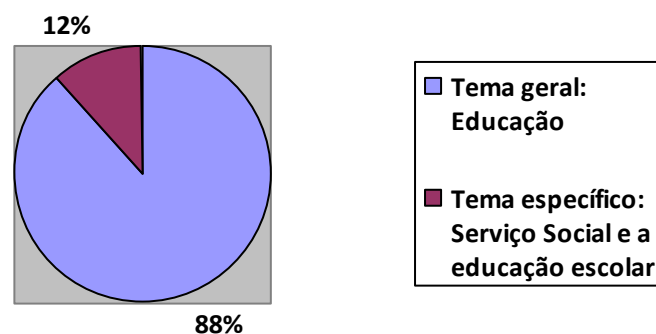
<sup>5</sup> O resumo não está disponível em todos os artigos pesquisados. Assim, opta-se por ler nesta etapa, todos os artigos com os resumos inexistentes.



**Gráfico 03 – Artigos do IX ENPESS relacionados ao tema geral educação e os artigos relacionados ao tema específico: Serviço Social e a educação escolar.**

Fonte: Rúbia Pimentel da Silva – Pesquisa bibliográfica para a seleção de artigos do IX e X ENPESS com relação ao tema Educação, 2009.

Com relação ao X ENPESS, dos 23 artigos selecionados previamente a partir das palavras chave, pode-se apenas destacar 03<sup>6</sup> artigos que falam sobre o Serviço Social e a educação escolar, destacados na tabela 02. Sendo assim, com relação aos trabalhos analisados no X ENPESS, dos 23 artigos 12% falam sobre o espaço da educação escolar como é possível observar em seqüência no gráfico:



**Gráfico 04 – Artigos do X ENPESS relacionados ao tema geral educação e os artigos relacionados ao tema específico: Serviço Social e a educação escolar.**

Fonte: Rúbia Pimentel da Silva – Pesquisa bibliográfica para a seleção de artigos do IX e X ENPESS com relação ao tema Educação, 2009.

<sup>6</sup> Nesse momento a pesquisa foi prejudicada, pois os dados obtidos no X ENPESS foram pesquisados a partir do endereço eletrônico da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) onde ocorrem dificuldades técnicas, não sendo possível realizar a leitura de três artigos. Cabe aqui frisar também a tentativa de localizar esse material junto ao Departamento de Serviço Social da UFSC como também junto aos vários profissionais que atuam no CRESS de Santa Catarina e de Recife neste semestre de 2009/02. Contudo, não se obteve resultados.

Esse levantamento de dados colabora para outra etapa presente neste trabalho que se relaciona com um processo de reflexão sobre a produção textual encontrada nesses ENPESS referente a inserção do assistente social na Política de Educação. Porém, a partir desses dados é possível perceber também como a temática Educação ainda é pouco explorada pelos pesquisadores em Serviço Social.

Contudo, a amostragem encontrada de artigos que correlacionam o Serviço Social com a área da Educação, ainda é válida, sendo que se opta aqui, por tabelar os artigos como mostram as tabelas 01 e 02 a seguir, com os seus títulos e nomes dos autores a fim de colaborar para as futuras pesquisas nessa área.



<b>Tabela 1: Relação de artigos do IX ENPESS (2004) relacionados ao tema: Serviço Social e a educação escolar</b>		
<b><u>Definição do assunto</u></b> <sup>7</sup>	<b><u>Lista de artigos selecionados para a pesquisa:</u></b>	<b><u>Palavras – Chave definidas pelos autores dos artigos:</u></b>
Formação profissional do assistente social	PANOZZO, Vanessa Maria; et.al. <b>A concepção de educação e a formação do profissional de Serviço Social.</b>	Formação profissional; Educação; História.
Escola de Serviço Social.	PADILHA, Helena Maria Barros. <b>Contorno do Serviço Social em pernambuco: escola de serviço social.</b>	<i>Sem definição.</i> <sup>8</sup>
A importância do Serviço Social na Escola.	ZANETTE, Christiane. <b>O Serviço Social e a cidadania escolar.</b>	Serviço Social; Educação; Cidadania; Escola-Cidadã.
Escola de Serviço Social	BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. <b>Questão social e serviço social: contexto da escola de Serviço Social.</b>	<i>Sem definição.</i>
Formação profissional do assistente social.	WEIZENMANN, Martha Helena; FAUSTINI, Márcia Salete Arruda. <b>Formação profissional numa perspectiva educativo - crítica: mobilizando mediações político-pedagógicas em sala de aula.</b>	<i>Sem definição.</i>

<sup>7</sup> O Assunto foi definido a partir: do título do artigo; palavras-chave dos autores (com exceção daqueles que não incluíam estas) e a leitura dos artigos.

<sup>8</sup> “Sem definição” designam os textos cujos autores não definiram palavras chave no corpo do artigo.

<b>Tabela 01: Relação de artigos do IX ENPESS (2004) relacionados ao tema: Serviço Social e a educação escolar</b>		
<b><u>Definição do assunto</u></b>	<b><u>Lista de artigos selecionados para a pesquisa:</u></b>	<b><u>Palavras – Chave definidas pelos autores dos artigos:</u></b>
Formação profissional do assistente social	NICOLAU, Maria Célia Correia. <b>O estágio na formação profissional de assistentes sociais e sua dimensão educativa.</b>	Estágio; Formação Profissional; Assistente Social; Dimensão Educativa.
A importância do Serviço Social na escola.	MARCHETTO, Aline A.; et. al. <b>O Serviço Social Escolar e o projeto de Extensão Universitária do Pet de Serviço Social.</b>	Serviço Social Escolar; Extensão Social.
Formação profissional do assistente social	GOMES, Nathally Rogéria Pereira. et. al. <b>A dimensão da educação ambiental na formação acadêmica: a proposta do curso de serviço social da UNIOESTE, <i>campus</i> Toledo.</b>	Política Ambiental; Educação Ambiental; Serviço Social.
A atuação do Serviço Social na escola.	GROSSI, Patrícia Krieger; BEZERRA, Maria Jacobina Da Cruz. <b>Educação: A Mediação De Conflitos Como Estratégia Metodológica.</b>	Escola; Mediação de conflitos; Violência; Serviço Social; Formação Profissional.
A importância do Serviço Social na escola.	SOUZA, Ilka de Lima. <b>Por que pensar o Serviço Social na escola?</b>	Educação; Escola; Serviço Social.

<b>Tabela 01: Relação de artigos do IX ENPESS (2004) relacionados ao tema: Serviço Social e a educação escolar</b>		
<b><u>Definição do assunto</u></b>	<b><u>Lista de artigos selecionados para a pesquisa:</u></b>	<b><u>Palavras – Chave definidas pelos autores dos artigos:</u></b>
A atuação do Serviço Social na Escola.	NUNES, Deise Gonçalves; OLIVEIRA, Renata Guimarães. <b>Serviço Social e educação infantil.</b>	Educação Infantil; Sistemas Municipais de Ensino; Serviço Social.
A importância do Serviço Social na Escola.	SOUZA, Iris de Lima. <b>Serviço Social e Educação: um diálogo necessário.</b>	Serviço Social; Educação; Família.
A atuação do Serviço Social na Escola.	SILVA; Jocenir de Oliveira; OLIVEIRA, Jairo da Luz; <b>O Processo De Exclusão Social Das Crianças Hiperativas E Com Transtorno De Déficit De Atenção Junto As Escolas Regulares Encaminhadas Para as Apaes.</b>	<i>Sem definição.</i>
A atuação do Serviço Social na Escola.	FURLAN, Amabile. <b>Serviço Social Escolar: Buscando Universalizar Direitos Conquistados.</b>	Serviço Social Escolar; Educação; Creche; Criança; Fundamentos ético-político, Teórico-metodológicos; Mediação.

Fonte: Rúbia Pimentel da Silva. Pesquisa bibliográfica para a seleção de artigos do IX e X ENPESS com relação ao tema Educação, 2009.

<b>Tabela 02: Relação de artigos do X ENPESS (2006) relacionados ao tema: Serviço Social e a educação escolar<sup>9</sup></b>		
<b><u>Definição do assunto<sup>10</sup></u></b>	<b><u>Lista de artigos selecionados para a pesquisa:</u></b>	<b><u>Palavras – Chave definidas pelos autores dos artigos:</u></b>
Formação profissional do assistente social	BERNARDI, Roberto de Faria; OLIVEIRA, Josiani Julião Alves de; <b>A Interação Ensino-Pesquisa- Estágio na Formação Profissional do Assistente Social</b>	Ensino; Estágio; Formação profissional; Pesquisa; Serviço Social.
Formação Profissional do assistente social.	QUEIROZ, Viviane de. ET AL. <b>A Reforma da Educação Superior do Governo Lula e seus Rebatimentos na Formação Profissional dos Assistentes Sociais.</b>	Reforma da Educação Superior; Financiamento; Expansão; Formação profissional e Projeto ético-político
A atuação do Serviço Social na escola.	ARRUDA, Helenita dos Santos; FRANÇA, Késsia Roseane de Oliveira. <b>O Trabalho do Serviço Social na Escola: construindo estratégias para garantir direitos.</b>	Serviço Social; Direitos da criança e do (a) adolescente; Escola pública; Processo de ensino-aprendizagem.

<sup>9</sup> Pesquisa realizada a partir dos anais do X ENPESS disponibilizados no endereço eletrônico da Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Disponível em: < [www.abepss.org.br](http://www.abepss.org.br)>. Acesso em: 18 de agosto de 2009 (22:00).

<sup>10</sup> O Assunto foi definido a partir: do título do artigo; palavras-chave dos autores; e leitura dos artigos.

<b>Tabela 02: Relação de artigos do X ENPESS (2006) relacionados ao tema: Serviço Social e a educação escolar</b>		
<b><u>Definição do assunto</u></b>	<b><u>Lista de artigos selecionados para a pesquisa:</u></b>	<b><u>Palavras – Chave definidas pelos autores dos artigos:</u></b>
<b><u>Arquivo corrompido</u></b>	SOARES, Nanci. <b>Trabalho Social Visando a Emancipação Humana no Espaço da Educação Infantil.</b>	<b><u>Arquivo corrompido</u></b>
<b><u>Arquivo corrompido</u></b>	MENDONÇA, Eliana Azevedo Pereira de. <b>Representações de Gênero em Práticas Educativas: enfocando a atenção à saúde no climatério – menopausa.</b>	<b><u>Arquivo corrompido</u></b>
<b><u>Arquivo corrompido</u></b>	MASCENA, Francisca Rodrigues. <b>Gestão Democrática da Escola Pública: a experiência dos Conselhos Escolares da Rede Municipal de Ensino do Município de Campina Grande-PB.</b>	<b><u>Arquivo corrompido</u></b>

Fonte: Rúbia Pimentel da Silva – Pesquisa bibliográfica para a seleção de artigos do IX e X ENPESS com relação ao tema Educação, 2009..

As tabelas anteriores também servem para justificar a identificação dos artigos a partir de assuntos. Dessa forma, a tabela a seguir subdivide os artigos encontrados no IX ENPESS de forma que possa se analisar assuntos dentro da temática educação. Para a definição dos assuntos trabalhados são utilizados: os títulos desses trabalhos; a utilização de algumas palavras-chave definidas pelos próprios autores dos trabalhos; assim como também a leitura desses artigos<sup>11</sup>.

Portanto, com relação aos artigos pesquisados no IX ENPESS é possível identificar os seguintes assuntos:

**Tabela 03: Relação de assuntos e respectiva quantidade de artigos encontrados no IX ENPESS**

<b>Assunto</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Formação Profissional do Assistente Social</b>	04
<b>Escola de Serviço Social</b>	02
<b>A importância do Serviço Social na escola</b>	04
<b>A atuação do Serviço Social na escola.</b>	04
<b>Total: 14</b>	

Fonte: Rúbia Pimentel da Silva – Pesquisa bibliográfica para a seleção de artigos do IX e X ENPESS com relação ao tema educação, 2009.

Com relação X ENPESS é possível definir a seguinte relação identificada na tabela a seguir<sup>12</sup>:

<sup>11</sup> Consultar também tabela 01.

<sup>12</sup> Consultar também tabela 02.

**Tabela 04: Relação de assuntos e respectiva quantidade de artigos encontrados no X ENPESS**

<b>Formação Profissional do Assistente Social</b>	02
<b>A atuação do Serviço Social na escola.</b>	01
<b>Total: 03</b>	

Fonte: Rúbia Pimentel da Silva – Pesquisa bibliográfica para a seleção de artigos do IX e X ENPESS com relação ao tema educação, 2009.

Neste momento da pesquisa cabe aqui também ressaltar o porquê da definição de tais assuntos. Sendo assim, após a leitura dos artigos é possível fazer uma diferenciação, por exemplo, dos textos que falam sobre “Formação profissional do assistente social”, dos que abordam sobre a “Escola de Serviço Social”.

Todos os textos vinculados ao assunto “Formação profissional do Assistente Social” são de autores que priorizam estabelecer uma argumentação que aborde sobre o próprio processo de formação do assistente social. Dessa forma, encontram-se artigos que falam da relação discente/docente e a importância para a formação acadêmica; sobre a relação do estágio e a prática profissional; sobre a inclusão de disciplinas que abordem outros temas; dentre outros. A ocorrência do assunto “Escola de Serviço Social” envolve a produção textual de dois autores que desenvolvem análises parecidas, sobre a formação da escola de Serviço Social em Pernambuco, contextualizando esse fator com outros elementos históricos, presentes no momento do desenvolvimento dessa escola.

Na “Atuação do Serviço Social na Escola” pode-se perceber a incidência de artigos que abordam de forma mais direta sobre a prática profissional, falando sobre experiências profissionais em algumas instituições de ensino, assim como também sobre a forma como o assistente social pode atuar nessa área de trabalho, definindo posições e formas de atuação em determinadas situações.

Por fim, em “A importância do Serviço Social na escola” encontram-se artigos que costumam no corpo do trabalho a importância do Serviço Social nas escolas, ou seja, do por que da necessidade da inserção do assistente social nas instituições escolares, quais são as suas contribuições para esse universo escolar, já que é um

profissional que atua diretamente com as expressões da questão social, sendo, dessa forma, legítima sua presença na Política de Educação. Esses artigos também possuem uma fundamentação teórica diferenciada, baseando-se muitas vezes em autores que discorrem sobre o tema Educação e conseqüentemente a inserção dos assistentes sociais nessa Política.

Cabe salientar também que esses assuntos na verdade se intercalam, muitas vezes, no corpo dos artigos. Ou seja, nos artigos que abordam sobre a atuação do Serviço Social na educação, por exemplo, há casos onde os autores também falam sobre sua convicção com relação à legitimidade da prática profissional nestes espaços de atuação, portanto, sobre a importância da atuação profissional nestes espaços.

#### **1.2.4 Um momento de reflexão: a importância do resgate histórico e a reflexão com base nos materiais pesquisados**

Busca-se também, neste trabalho, resgatar de forma breve o contexto histórico no qual influenciou a formação do nosso sistema educacional. Ou seja, com o passar dos anos a educação foi pensada de diversas formas: como uma maneira de “civilizar” os povos indígenas, como responsabilidade somente da família, como uma garantia constitucionalmente reconhecida.

Compreender alguns dos elementos desse processo histórico deve ser assim, um fator fundamental para se pensar o planejamento da Política da Educação, como também a prática diária durante o exercício profissional.

Assim, a partir do levantamento realizado através da pesquisa bibliográfica e em conseqüência, a realização de um resgate histórico que abordasse a educação em seus diferentes momentos na realidade brasileira, é que surge a idéia da reflexão com base na pesquisa bibliográfica realizada no IX e no X ENPESS.

Dessa forma, partindo do pressuposto de que a questão social e as suas expressões diante da Política de Educação é o eixo de análise desta pesquisa é realizada uma nova leitura de todos os arquivos relacionados ao tema específico: Serviço Social e a educação escolar - dezessete artigos ao todo – para a



identificação dos artigos que colaborassem com o desenvolvimento do processo reflexivo.

Nesse momento, pensando a prática profissional do assistente social com relação ao enfrentamento da questão social na política de educação, analisa-se o papel do profissional a partir de dois âmbitos de trabalho: a “atuação do assistente social no planejamento e na gerência da Política da Educação”; “a atuação do assistente social no atendimento direto diante da Política de Educação”.

A escolha por estes dois direcionamentos foi influenciada por trabalho de Santana (2008), no qual a autora problematiza sobre o papel do Serviço Social na Política de Educação pensado a partir de dois âmbitos de trabalho:

O primeiro: o Serviço Social na educação vai se expressar no atendimento direto à população-alvo da política educacional [e] o segundo [...] se expressa na atuação nos órgãos de planejamento e de gerência da política educacional. (SANTANA, 2008, p. 24)

Sendo assim, entende-se aqui por atendimento direto, as ações profissionais que atendam aos estudantes e suas famílias, nas demandas próprias dos estabelecimentos de ensino, “... nos pólos de atendimento e nos diferentes espaços institucionais de atendimento direto.” (SANTANA, 2008, p. 24). Com relação ao planejamento e a gerência, a autora relaciona essas ações profissionais com a atuação do assistente social nas Secretarias Municipais e Estaduais, nas coordenadorias, ou seja, nos órgãos de elaboração e dinamização da Política de Educação.

Ainda com relação ao planejamento e a gerência, a autora identifica as diversas possibilidades de ação: o Serviço Social se credenciar como um articulador de políticas públicas, garantido uma perspectiva de intersetorialidade; o planejamento de ações que estejam voltadas para a garantia dos direitos sociais; a mobilização de informações, através de diagnósticos, de caracterizações, de uma produção de conhecimento da realidade, que subsidiem a criação de ações; a promoção de atividades que ampliem o debate das expressões da questão social na educação; o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação dos programas sociais presentes na educação, entre outras. (SANTANA, 2008).

Para direcionar esse processo reflexivo são selecionados os artigos que colaboram para esse momento. A terceira seção deste trabalho é pensada, dessa

forma, a partir do eixo central de análise no qual discute sobre “A questão social e as suas expressões diante da Política de Educação”. Reflete-se assim, primeiramente sobre a categoria “questão social”, para em um segundo momento analisar a questão social pensada na perspectiva da educação.

No terceiro momento de análise desta seção o trabalho busca refletir sobre a prática profissional na perspectiva de dois âmbitos de trabalho: no planejamento e na gerência, como também no atendimento direto.

Assim, para este terceiro momento é realizada novamente uma leitura de todos os dezessete artigos encontrados a partir da pesquisa realizada na definição do tema específico: Serviço Social e a educação escolar. Desses dezessetes, onze são selecionados, pois suas produções teóricas continham de certa forma, uma maior relação com a discussão prevista para esse momento.

Dessa maneira, os seis artigos não identificados para a análise sobre os dois âmbitos de trabalho são: dois artigos no assunto “Escola de Serviço Social”, presentes no IX ENPESS, pois levantam somente elementos históricos da formação da escola de serviço social. Os títulos são, portanto:

1. “Contorno do Serviço Social em Pernambuco: escola de Serviço Social”;
2. “Questão Social e Serviço Social: contexto da escola de Serviço Social”.

Como também não são inseridos mais quatro artigos sobre “Formação profissional do assistente social”, pois discutem mais sobre os elementos que estruturam a formação acadêmica sem incluir análise sobre a atuação profissional. Sendo os títulos dos artigos:

1. “O estágio na formação profissional de assistentes sociais e sua dimensão educativa”;
2. “A interação Ensino-Pesquisa-Estágio na formação profissional do assistente social”;
3. “A dimensão da educação ambiental na formação acadêmica: a proposta do curso de serviço social na UNIOESTE, campus Toledo” ;
4. “A reforma da Educação Superior do Governo Lula e seus rebatimentos na formação profissional de assistentes sociais”.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Dos quatro artigos do assunto “Formação profissional do assistente social” apenas o artigos intitulado “A reforma da Educação Superior do Governo Lula e seus rebatimentos na formação profissional de assistentes sociais” está presente no X ENPESS, sendo os outros retirados do IX ENPESS.

Sobre os onze artigos selecionados: com relação ao âmbito de trabalho que envolve pensar o planejamento e a gerência são identificados todos os quatro artigos do IX ENPESS que tem como assunto “A importância do Serviço Social na escola”, cujos títulos são:

1. “O Serviço Social e a cidadania escolar”;
2. “O Serviço Social Escolar e o projeto de Extensão Universitária do PET de Serviço Social”;
3. “Porque pensar o Serviço Social na escola?”
4. “Serviço Social e a educação: um diálogo necessário.”

Assim como também um artigo sobre “A atuação do Serviço Social na escola”, encontrado também no IX ENPESS, pois neste encontram-se alguns elementos que colaboram para o desenvolvimento da reflexão a partir deste âmbito de trabalho. Sendo este:

1. “Serviço Social escolar: Buscando universalizar direitos conquistados.”

Com relação à atuação do assistente social no atendimento direto diante da Política de Educação acrescenta-se para desenvolver essa análise dois artigos que abordam sobre a “Formação profissional do Assistente Social”, identificados a partir do IX ENPESS, por discutirem sobre a docência enquanto prática profissional do assistente social na educação; sendo estes:

1. “A concepção de educação e a formação do profissional de Serviço Social”;
2. “Formação profissional numa perspectiva educativo – crítica: mobilizando mediações político-pedagógicas em sala de aula.”.

Três artigos do IX ENPESS que abordam sobre “A atuação do Serviço Social na escola”:

1. “Educação: A mediação de conflitos como estratégia metodológica.”;
2. “O processo de exclusão social das crianças hiperativas e com transtorno de déficit de atenção junto às escolas regulares encaminhadas para as APAES.”;
3. Serviço Social e Educação Infantil.

Sendo incorporado mais um artigo selecionado do X ENPESS relacionado ao mesmo assunto “A atuação do Serviço Social na escola”, sendo este:

1. “O trabalho do Serviço Social na escola: construindo estratégias para garantir direitos”.

São também incorporados nesta análise mais dois artigos do IX ENPESS que abordam sobre: “A importância do Serviço Social na escola”. Sendo estes:

1. “O Serviço Social e a cidadania escolar”;
2. “Serviço Social e educação: um diálogo necessário”.<sup>14</sup>

Dessa forma, para uma melhor visualização dessa proposta essas informações estão contidas na tabela 06.

---

1. <sup>14</sup> Há repetição na escolha destes artigos pela importante fundamentação teórica encontrada, sendo esta utilizada nos dois âmbitos de análise. Os artigos selecionados para a análise nos dois âmbitos de trabalho são: “O Serviço Social e a cidadania escolar”; e “Serviço Social e educação: um diálogo necessário”.

<b>Tabela 05: Relação dos textos selecionados para um processo reflexivo da prática profissional na educação</b>				
<b>Eixo de Análise</b>	A questão social e as suas expressões diante da Política de Educação	<b>Artigos selecionados:</b>		
		Assuntos	IX ENPESS	X ENPESS
<b>Dois âmbitos de trabalho do assistente social na Educação:</b>	A atuação do assistente social no atendimento direto diante na política de educação	<b>Formação profissional do assistente social</b>	2 (dois) artigos	---
		<b>A importância do Serviço Social na escola</b>	2 (dois) artigos	---
		<b>A atuação do Serviço Social na escola.</b>	3 (três) artigos	1 (um) artigo
	A atuação do assistente social no planejamento e na gerência da Política de Educação	<b>A importância do Serviço Social na escola</b>	4 (quatro) artigos	---
		<b>A atuação do Serviço Social na escola.</b>	1 (um) artigo	

Fonte: Rúbia Pimentel da Silva – Pesquisa bibliográfica para a seleção de artigos do IX e X ENPESS com relação ao tema educação, 2009.

## **2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Para a compreensão da organização da Política de Educação no Brasil é fundamental um resgate histórico da formação da educação no país. A partir dessa análise é possível perceber que muitos elementos, embora tenham sofrido modificações com o passar dos séculos, mantiveram-se na nossa cultura.

Xavier, Ribeiro e Noronha (1994) falam que foi da interação de interesses externos – acontecimentos internacionais, com interesses internos – acontecimentos nacionais, que resultou a formação social brasileira. Dessa maneira, pela ação desses fatores é que a sociedade se transformou e vem se transformando. Assim, a realidade brasileira é de “[...] uma existência marcada pela continuidade de alguns traços, que apenas se disfarçam numa face nova [...]” (XAVIER, RIBEIRO, NORONHA 2008, p.28).

Ou seja, fatores como nosso processo de colonização e de miscigenação, da mistura de etnias – dos portugueses colonizadores, dos índios e dos negros, colaboraram na formação de nossos “traços brasileiros” (FREITAS, 1997). Sendo assim, o processo de formação de nossa Política de Educação não foge desses determinantes históricos.

### **2.1 BREVE APRESENTAÇÃO HISTÓRICA DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Segundo Veronese e Oliveira (2008), a educação pensada como um direito de todos e ofertada pelo Estado, somente surgiu com o advento do Estado Moderno. Antes da Revolução Francesa era vista somente como um interesse privado, ou seja, não era garantido pelo Poder Público. Dessa forma, as famílias eram encarregadas da educação das crianças e dos adolescentes, sendo portanto, um privilégio de poucos.

Assim, pretende-se resgatar a história da educação baseado em livro de Maria Elizabete Xavier, Maria Luisa Santos e Olinda Maria Noronha (1994) titulado “História da Educação”. No qual as autoras dividem a história da educação brasileira em: “A sociedade Agroexportadora e a Constituição do Ensino de Elite (1549 – 1920)” e “A sociedade Urbano-industrial e o Desafio da Constituição do Ensino Popular (1910-1990)”.

Contudo, neste trabalho divide-se a história em três momentos: do período Colonial à Primeira República; da Primeira República até a construção da Constituição de 1988; e da constituição de 1988 até a atual Política de Educação no Brasil.

### **2.1.1 Do Período Colonial à Primeira República**

Nos primeiros quatro séculos de história do Brasil (1500 a 1900) a economia brasileira foi desenvolvida a partir de uma lógica agroexportadora, ou seja, baseada na exportação de produtos primários. (VASCONCELLOS, GREMAUD, TONETO 2007).

Conforme Vasconcellos, Gremaud e Toneto (2007), desde seu descobrimento até o período denominado República Velha, a economia do Brasil direcionou-se principalmente pela atuação da exportação desses produtos primários. Dessa maneira, no início do século XX, as exportações eram fundamentais para a economia brasileira, pois garantiam as importações que eram a base da estrutura de consumo no país. (VASCONCELLOS, GREMAUD, TONETO 2007).

A construção da educação ocorreu paralela a essas questões e o primeiro aspecto destacado como prática educativa pode ser visualizado, segundo Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), nas primeiras décadas que sucedem o descobrimento do Brasil.

Xavier, Ribeiro e Noronha (1994) comentam sobre a existência de uma ordem religiosa chamada de “Companhia de Jesus” que ficou incumbida, pela Coroa Portuguesa, da integração das novas terras e dos nativos selvagens ao mundo cristão e civilizado.

Segundo os autores, após essa fase inicial de “civilização” da colônia, a catequese perdeu espaço na ação dos jesuítas. Os autores afirmam que, aos poucos, os padres passaram a atender também estudantes leigos, ou seja, alunos que não buscavam a carreira religiosa, mas uma instrução que lhes permitissem prosseguir seus estudos na Europa.

Foi a partir desse momento que a ação educacional dos jesuítas foi mais culturalmente marcante. Dessa forma, Xavier, Ribeiro e Noronha (1994) afirmam que foi nesse período que ocorreu uma consolidação da cultura católica entre as elites coloniais.

A influência Jesuíta permaneceu no país até meados do século XVIII, com a chamada Reforma Pombalina<sup>15</sup>. Veronese e Oliveira (2008) afirmam que até então “[...] predominava-se no Brasil uma educação caracterizada pela presença, quase absoluta, dos jesuítas que enfatizavam o caráter religioso do ensino.” (p. 77).

Xavier, Ribeiro e Noronha (1994) determinam então que com a vinda de Dom João e conseqüentemente com a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, começam a ocorrer um impulso cultural e educacional no país, devido as necessidades imediatas de suprir as deficiências coloniais para a instalação da sede da administração do Reino. Dessa forma, foi a partir desse momento que se criaram os primeiros cursos superiores no Brasil<sup>16</sup>.

Com a Independência em 1822, a questão da educação toma nova pauta. Assim, foram encaminhadas diversas medidas institucionais na busca da criação de um sistema de ensino. Conforme Xavier, Ribeiro e Noronha (1994) o discurso da época era o de “[...] construir um ‘edifício institucional’, de que a ‘jovem nação’ carecia tomar” para os ‘rumos da civilização” (p. 61).

Contudo, segundo o autor, percebe-se nessa mesma época um descaso com a realização de um sistema de educação popular. Sendo que a preocupação central era a de garantir e desenvolver um sistema de educação de elite.

Sobre os diversos níveis de ensino, durante o Império, Veronese e Oliveira (2008) afirmam que a oferta de ensino primário era de competência das Províncias.

---

<sup>15</sup> Segundo Veronese e Oliveira (2008) “Dentre outras medidas, o marquês de Pombal, ministro rei d. José I, expulsou os jesuítas de todo o Império lusitano, desmontando o sistema de ensino implantado em terras brasileiras.” (p. 49). Dessa forma, segundo a autora, ocorreu no país uma “supressão pura e simples do sistema que havia” (p. 49).

<sup>16</sup> Segundo Xavier, Ribeiro e Noronha (1994) a “Academia Real da Marinha” foi a primeira formação de um curso superior no Brasil, em 1808.



Segundo a autora, no ato da delegação dessa competência é possível perceber a despreocupação do Poder Central com a educação básica.

Com relação ao ensino secundário, a constituição de 1824 concedia o direito de ensinar a religiosos ou leigos, assim como também a particulares, Nesta perspectiva, ocorre uma expansão da presença da iniciativa privada.

Contudo, segundo Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), a instrução elementar das camadas mais privilegiadas da população brasileira permaneceria como uma tarefa da família, onde algumas cuidavam da educação por meio de preceptores.

No que diz respeito ao ingresso nas escolas superiores, o acesso a esse nível de ensino era muito disputado e controlado por “exames preparatórios”. Sendo assim, os exames seletivos nascem nessa etapa de construção das escolas superiores.

Com o fim do Império e a necessidade de transformações no cenário nacional renovaram-se os anseios de modificação das redes de ensino. A expansão da lavoura cafeeira, o surto de crescimento industrial e conseqüente urbanização – acoplada ao fim do regime de escravidão e a adoção do trabalho assalariado – contemplaram situações que colocavam o país no rumo da modernização (GHIRALDELLI JR., 1990).

Dessa forma, Ghiraldelli Jr. (1990) afirma estarem presentes nessa conjuntura dois movimentos ideológicos desenvolvidos pelos intelectuais da época: o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”.

O primeiro, de caráter quantitativo, resumiu-se, segundo o autor, a idéia de expansão da rede escolar e na tarefa de desanalfabetização do povo. Já o segundo, referia-se a otimização do ensino, na melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar.

### **2.1.2 Da Primeira República até a construção da Constituição de 1988.**

A reorganização do Estado devido a formação da República, assim como também a industrialização do país foram fatores decisivos para a transformação de novas necessidades da população (GHIRALDELLI JR., 1990). Dessa forma, a

escolarização aparece nessa época como um desejo das famílias pela ascensão social.

O “entusiasmo” pela transformação da educação surgiu, assim, nos anos de transição do Império para a República, liderado pelas elites da época, formada por parcela do exército, fazendeiros cafeicultores e por intelectuais representantes da classe média.

Contudo, foi somente a partir da Primeira Guerra Mundial, segundo Ghiraldelli Jr.(1990), quando o Brasil é tomado por um surto de nacionalismo e patriotismo, que parcela dos intelectuais da época é conquistada pela problemática da formação da educação popular.

Assim, esses intelectuais defendiam como principal causa o combate ao analfabetismo. Nessa época formaram-se diversas “ligas contra o analfabetismo”, desempenhando, segundo Ghiraldelli Jr.(1990), certo papel modernizador insistindo na alfabetização como instrumento político.

Ou seja, esse “entusiasmo” inicial pela transformação do sistema de ensino ocorreu segundo Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), em grande parte pela necessidade de ampliação do corpo eleitoral, já que voto era proibido ao analfabeto. Contudo, conforme o autor, esse processo de “desanalfabetização” foi resultado de uma discriminação do analfabeto, sendo a educação transformada em um elemento de identificação dos grupos dominantes. Ser analfabeto, portanto, era também ser incapaz.

Com relação ao movimento de otimismo pedagógico da década 1920, esse foi caracterizado pela veiculação na sociedade política de um ciclo de reformas na educação iniciado por jovens intelectuais da época, que na década seguinte tornaram-se conhecidos como “profissionais da educação” (GHIRALDELLI JR., 1990).

Assim, do período entre 1930 e 1937, Ghiraldelli Jr. (1990) comenta que o Brasil viveu uma radicalização política de sua história. Segundo o autor, surgiram nessa época diversos projetos distintos para a sociedade e que em cada um desses ocorreu a elaboração de uma nova política educacional para o país.

Dessa forma, identifica nesse período projetos distintos como: dos liberais – intelectuais que faziam parte em sua maioria das reformas educacionais dos anos 20 e que expressavam o desejo de construção de um novo país de base democrática; dos católicos – defendiam a pedagogia tradicional; entre outros.

Dessa maneira, com a “Revolução de 30” (PILETTI, 1994), as primeiras iniciativas com relação a educação foram a criação do Ministério da Educação e das Secretarias de Educação dos Estados.

Nesta mesma década foi proclamada a Constituição de 1934 sendo a primeira Carta Magna a incluir um capítulo sobre a educação, determinando: a educação como um direito de todos; a obrigatoriedade da escola primaria integral; a gratuidade do ensino primário; a assistência aos estudantes necessitados; entre outros (PILETTI, 1994).

Com o Golpe do Estado Novo em 1937, Getúlio Vargas apresentou uma nova Constituição no mesmo ano, centralizando todo o poder em suas mãos. Essa constituição promoveu algumas mudanças com relação à educação.

Segundo Piletti (1994) o direito de todos à educação deixa de ser letra constitucional explícita; com relação à gratuidade do ensino primário o novo texto constitucional estabelece que seja realizada uma contribuição mensal para a “caixa escolar” para aquelas pessoas que não poderiam alegar escassez de recursos.

No que diz respeito à Constituição de 1937, Veronese e Oliveira (2008) afirma que houve um retrocesso no que concerne à educação. A Carta Magna, “fundamentada na ideologia fascista, ressaltou o ensino cívico e toda a política educacional foi centralizada em um Estado totalitário” (p. 77). Segundo Ghiraldelli Jr. (1990), em termos educacionais a Constituição de 1937 inverteu as tendências à democratização da Carta de 34.

Após o final do Estado Novo, foi promulgada nova Constituição Federal no ano de 1946, que perdurou ate 1964, com o golpe militar. Essa constituição, conforme Ghiraldelli Jr. (1990), era de caráter liberal e regularizou a vida no país procurando garantir a existência das lutas político-partidárias “dentro da ordem” (p.110).

Conforme Piletti (1994), a Constituição de 1946 restabeleceu o regime democrático no País e em seu capítulo sobre a educação reintroduziu alguns princípios suprimidos pela Carta de 1937. Assim, passou a assegurar a educação como um direito de todos; estabelecia como competência dos poderes públicos a administração o ensino, embora fosse livre a iniciativa particular, desde que respeitadas as leis; o ensino primário passou a ser obrigatório e gratuito, etc.

Contudo, apesar da mudança de regime e da nova Constituição, Piletti (1994) afirma que a legislação educacional herdada do Estado Novo vigorou até 1961, quando teve início a imposição da LDB no mesmo ano.

Veronese e Oliveira (2008) comentam que a demora para a efetivação da LDB ocorreu devido ao combate no Congresso Nacional entre os defensores da escola pública de um lado e os defensores da escola privada de outro. O autoras registram que:

O acesso à educação pública era entendido como uma obrigação do Estado pelos defensores da escola pública. Já os que advogavam em favor da escola privada – influenciados, sobretudo pela Igreja Católica – entendiam que o acesso à educação era, antes de ser um dever do Estado, um dever da família. (VERONESE, OLIVEIRA, 2008, p. 78).

Com o golpe militar de 1964 a educação pautou-se, conforme Ghiraldelli Jr. (1990), pela repressão, privatização do ensino, exclusão de parcela das classes populares do ensino elementar, institucionalização do ensino profissionalizante, tecnicismo pedagógico e desmobilização do magistério através de uma legislação, segundo o autor, extremamente confusa.

Sendo assim, no artigo 168 da Constituição de 1967 ficou determinado que o ensino dos sete aos quatorze anos era obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais; e que o ensino oficial posterior ao primário seria, igualmente gratuito para os que demonstrassem efetivo aproveitamento e provassem a falta ou insuficiência de recursos. Assim, deixava claro no texto da lei que sempre que possível, o Poder Público substituiria o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigindo um posterior reembolso no caso de ensino de grau superior.

Contudo, nessa época foram estabelecidas duas reformas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A primeira ocorreu através da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968 que alterava a estrutura do ensino superior e a segunda, pela lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 que visava reformular o ensino primário e o colegial.

As reformas impostas por essas leis foram colocadas pelo governo, segundo Piletti (1994) quase sem discussão e sem a participação de estudantes e professores, e outros setores sociais interessados. Essas novas propostas, dessa forma, foram muito criticadas pelos educadores, sendo mais evidenciadas na década de 1980 com o processo de abertura política que ocorria na época.

Dessa forma, esses profissionais tiveram um papel importante na elaboração de uma nova Constituição que valorizasse também os aspectos sociais e políticos da educação, como também, pela defesa de uma escola pública, gratuita e de qualidade voltada a toda a sociedade brasileira, e não somente a parcela desta (VERONESE, OLIVEIRA 2008). Assim, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988 representou essa luta, passando a garantir de forma clara o direito à educação.

### **2.1.3 A constituição de 1988 e a atual Política de Educação no Brasil**

Após duas décadas de ditadura militar, a Constituição de 1988 veio trazer uma série de elementos para a formação de uma estrutura organizacional de governo baseada na Democracia. Assim, a educação também se constituía nesse período, como um elemento a ser reformulado para a garantia desse pensamento.

Portanto, a educação é segundo Veronese e Oliveira (2008)

[...] o primeiro e o mais relevante dos direitos sociais [...] importante para a realização dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. [...] percebemos que a educação é o elemento imprescindível na construção de uma sociedade mais justa e solidária, na busca pelo desenvolvimento nacional, pela erradicação da pobreza e das formas de marginalização, pela redução das desigualdades sociais e regionais e pela promoção do bem de todos sem nenhum tipo de preconceito e discriminação. (p. 80)

No capítulo III, Seção I da Constituição Brasileira de 1988, artigo 205 diz que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A LDB de 1996, em seu art. 1º identifica também que a Educação abrange os processos formativos que envolvem a vida familiar, a convivência no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, como também nas manifestações culturais.

Ainda determina no art. 3º que a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, será ministrado também por uma série de princípios. Dentre estes princípios estão a: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público, e da legislação dos sistemas de ensino; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extra-escolar; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

É importante destacar também que o artigo 208, da Constituição Federal de 1988, fala que o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: um ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurando inclusive para aqueles que não tiveram esse nível de educação em idade própria; uma progressiva universalização do ensino médio gratuito<sup>17</sup>; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência; educação infantil, em creche e pré-escola para as crianças até os cinco anos de idade; dentre outros.

Contudo, na década de 1990 é possível identificar alguns fatores que ocorrem no Brasil que influenciam a forma de gerir a educação brasileira. A implementação de políticas de privatização do setor público teve início no governo Fernando Collor de Mello, com sucessão no governo de Itamar Franco. Este adota como estratégia, segundo Aoyama et al. (2009), chamar alguns segmentos representativos da educação para uma espécie de “pacto” entre governo e sociedade, com o intuito de discutir o Plano Nacional de Educação (PNE). Esse direcionamento para as políticas educacionais por parte do Estado é também adotado no governo seguinte, de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002).

Dessa forma, a partir desse momento na história brasileira há uma mudança do papel do Estado no que se refere às medidas de ajuste em busca de uma nova ordem mundial, em conjunto com as propostas de cunho neoliberal.

---

<sup>17</sup> A Emenda Constitucional nº 14 altera a expressão do artigo 208, II, da Constituição de “extensão da obrigatoriedade” para “progressiva universalização do ensino médio”. Dessa forma, diz Veronese e Oliveira (2008) que essa alteração demonstra um retrocesso pelo fato de reduzir a obrigatoriedade constitucional no que se refere ao ensino médio.

Segundo Aoyama et al. (2009), no governo de Fernando Henrique Cardoso dá-se início à reforma da administração pública. Em 1995, foi aprovado o Plano Diretor de Reforma do Estado cujo fundamento baseia-se na premissa de que o Estado, na forma como estava constituído, representava um entrave ao processo de fortalecimento da economia de mercado.

Os princípios contidos nessa reforma baseavam-se conforme identifica Aoyama et al. (2009) na confiança e na descentralização da decisão, exigindo formas flexíveis de gestão, horizontalização de estruturas, descentralização de funções, incentivos à “criatividade”. Assim,

A tônica desse documento reside na premissa de que é necessário reconstruir o Estado, de forma que não apenas garanta a propriedade e os contratos, mas também exerça seu papel complementar do mercado, tanto na coordenação da economia, quanto na busca da redução das desigualdades sociais. (Aoyama, 2009, p. 03).

Esse novo cenário também influenciou o campo educacional. A nova reforma exigiu, portanto, uma maior participação dos atores sociais para a formulação de políticas sociais para a educação, assim como também na execução dessas políticas. A educação passa, então, a ser responsabilidade de outras esferas, como a do terceiro setor, a partir dessa articulação do Estado e da Sociedade Civil, como também pelo setor privado.

De acordo com Gentili apud Lara (2008) a reforma administrativa orientou-se de uma maneira a despublicizar a educação, ou seja, transferi-la para a esfera da competição privada. Assim, “reduzido à condição de mercadoria, o sistema educacional substituiu o direito, ao acesso seletivo, contrapondo-se à política de direitos sociais.” (LARA, 2008, p.05).

Com relação a organização da Política de Educação, mais especificamente sobre o sistema de Ensino, Eliana Bolorino Martins<sup>18</sup> em sua tese intitulada “Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania” (2007)

---

<sup>18</sup> Eliana Bolorino Canteiro Martins possui graduação em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru (1983), mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Atualmente é professora (Serviço Nacional do Comércio) e assistente social (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, educação, criança, família e processo de trabalho. Disponível em <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4779345E2>> Acesso em 21 de setembro de 2009 (21:32).

primeiramente destaca que existem três condições básicas do sistema educacional, de acordo com o educador Dermeval Saviani ( 1987), a constar: “o conhecimento dos problemas educacionais de determinada situação histórico-geográfica, o conhecimento das estruturas da realidade e uma teoria da educação” ( p. 75). Portanto, identifica que “[...] formular uma teoria da educação indica a intencionalidade coletiva da ação que orienta os seus objetivos e meios” (p. 75).

Sendo assim, segundo Libâneo (apud MARTINS, 2007), o Brasil ainda não possui um sistema de ensino devido à falta de articulação entre os vários sistemas existentes. Para o autor o que existe são apenas “[...] estruturas administrativas referidas na lei”.

Dessa forma, mesmo determinado o regime de colaboração no artigo 8º da LDB de 1996, o autor defende não existir esse regime, devido principalmente, a construção histórica da política de educação no Brasil, baseada na competição dos diferentes níveis governamentais.

Assim, o artigo 8º determina que:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º. Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º. Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Portanto, Martins (2007) identifica na LDB de 1996 que o sistema de ensino citado na lei refere-se a administração nas esferas federal, estadual e municipal, evidenciando assim, a correlação do sistema de ensino apenas com as estruturas administrativas.

Assim sendo, com relação a essa administração, os órgãos que atuam nas três esferas de governo são:



<b>Tabela 06: Órgãos pertencentes à Política de Educação</b>	
<b>Esfera de Governo</b>	<b>Órgão da administração</b>
<b>Federal</b>	Ministério da Educação (MEC); Conselho Nacional de Educação (CNE).
<b>Estadual</b>	Secretaria Estadual de Educação (SEE); Conselho Estadual de Educação (CEE); Delegacia Regional de Educação (DRE) ou subsecretaria de educação. <sup>19</sup>
<b>Municipal</b>	Conselho Municipal de Educação (CME); Secretaria Municipal de Educação (SME).

Fonte: Informações baseadas a partir da tese de Doutorado em Serviço Social de Eliana Bolorino Canteiro Martins intitulada a “Educação e Serviço Social: elo pra construção da cidadania” PUC/SP, 2007.

Com relação aos níveis escolares a LDB/96 determina no artigo 21 que a educação escolar será composta pela: educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio; e a educação superior.

Esse sistema de educação será de responsabilidade, conforme Martins (2007), das três instâncias de governo. Assim, responde pela educação superior a união, os estados, como também a iniciativa particular; pelo ensino médio, a união, os estados, os municípios e a iniciativa particular; pelo ensino fundamental, a união, estados, municípios e a iniciativa particular; e pela educação infantil, a união, municípios e a iniciativa particular.

É preciso lembrar também, com relação a organização da Política de Educação, que a Constituição de 1988, em seu artigo 214 fala sobre a elaboração do Plano Nacional de Educação. Portanto, o artigo 214 determina que:

<sup>19</sup> Conforme orientação de Carla Rosane Bressan, assistente social da Secretaria de Estado da Educação e 1ª examinadora na banca deste Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social ( data de defesa – 04 de dezembro de 2009 ) não são todos os Estados que possuem “Delegacia Regional de Educação”, nestes encontram-se, conforme a examinadora, estruturas regionais similares.

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Contudo, o Plano só foi aprovado em janeiro de 2001, pela lei 10.172. Segundo Martins (2007) essa lei compõe o arcabouço legal da Política de Educação brasileira, capaz de dar novos rumos a educação. Porém, conforme a autora, além de expressar o conflito de interesses em disputa, “por si só não assegura que as modificações venham a ser incorporadas ao sistema educacional. Para que isso ocorra é necessário o investimento do poder público na Política de Educação, o que deve ser exigido por parte da sociedade.” (MARTINS, 2007, p.77).

No entanto, ainda relembra Martins (2007) que a quantidade de alunos matriculados nas instituições de ensino não se traduz necessariamente em qualidade de ensino. Afirma ainda que a questão da qualidade de ensino envolve uma série de fatores que podem ser relacionados com a estrutura da própria Política de Educação: com relação aos salários dos profissionais, as condições de trabalho, como também a formação dos profissionais que atuam nessa área.

### **3. A QUESTÃO SOCIAL E AS SUAS EXPRESSÕES DIANTE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO**

#### **3.1 INICIANDO A DISCUSSÃO SOBRE A QUESTÃO SOCIAL**

Desde que o *Homem* assumiu a posição vertical, mão com o polegar livre e flexível, os olhos salientes podendo ter uma visão estereoscópica, entre outros fatores (MANDEL, 1978) – foi permitido a este indivíduo desenvolver utensílios e os aperfeiçoá-los cada vez mais. Contudo, teve também a necessidade de se organizar socialmente devido suas fragilidades orgânicas – a maioria de seus sentidos e

órgãos eram menos desenvolvidos do que os de espécies de animais super-especializados (MANDEL, 1978, p.257).

Os homens tiveram que a partir desse momento produzir coletivamente ferramentas e utensílios que auxiliassem na sua sobrevivência. Deste modo, a condição prévia para a organização do homem em sociedade é a produção de meios de subsistência para satisfazer suas necessidades de consumo (MANDEL, 1978).

Segundo o que determina o materialismo histórico, a base de toda a organização social é a forma como o homem organiza sua produção material (MANDEL, 1978). Essa base, pensada, segundo Mandel (1978), não somente como atividade produtiva, mas também a partir das relações sociais que os homens criam nessa produção.

Nesta maneira, a produção material é parte inerente da subjetividade humana, que se desenvolve socialmente a partir de sua produção material, ou seja, a partir do trabalho. Entender, portanto, as especificidades da sociedade em que vivemos é verificar também as expressões e as conseqüências advindas de suas formas de produção e reprodução da vida social, marcadas por transformações econômicas, políticas, sociais, como também ideológicas.

Contemporaneamente, a produção material é vinculada a ideologia neoliberal que prioriza a produção flexível. As conseqüências dessa flexibilização são a desregulamentação de muitos direitos sociais e trabalhistas conquistados pelos trabalhadores.

Assim, verifica-se que pensar o trabalho como constituinte da formação subjetiva do indivíduo social não é prioridade do mercado. Segundo Yamamoto (1997),

[...] afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais [...] não é a prioridade do mercado – ou da esfera da circulação – como faz a perspectiva neoliberal. Para esta, a esfera privilegiada para a compreensão de vida social é a esfera da distribuição da riqueza, visto que as leis históricas que regem a produção da riqueza na era do capital são tidas como leis naturais, isto é, assemelhadas àquelas da natureza, de difícil possibilidade de alteração por parte da ação humana. (p. 12)

Nesse contexto, cabe analisar como a questão social emergiu na sociedade capitalista industrial e como esta foi vista pela classe burguesa. Assim, quando a sociedade capitalista industrial emerge – em meados do século XIX - ocorrem

significativas transformações econômicas, sociais e políticas. Segundo Pereira (1999), originalmente a chamada questão social constituiu-se em torno das transformações ocorridas na Europa devido ao processo de industrialização. Essa questão seria para a autora, a:

[...] tomada de consciência, por parte de crescentes parcelas da sociedade, de um conjunto de novos problemas, vinculados as modernas condições de trabalho urbano, e do pauperismo como fenômeno socialmente produzido. (PEREIRA, 1999, p. 51).

Junto a esse processo de transformações nas relações de produção as reivindicações relacionadas a essas mudanças vinham tanto das classes operárias industriais como também de intelectuais e até mesmo detentores do capital (PEREIRA, 1999). Assim, ligado a esse processo desenvolve-se uma tomada de consciência de parcela da sociedade devido as suas péssimas condições de trabalho nas indústrias.

Começam a constituir-se em seguida políticas que formariam posteriormente um Sistema de Bem Estar Social – nos países capitalistas avançados. Embora houvesse sujeitos contrários a essa construção - de ideologia liberal – esses mesmos iam contra a expressividade dos fatores históricos e estruturais que exigiam uma outra direção econômica e política que intervissem nas expressões dessa questão social (PEREIRA, 1999).

Segundo Pereira (1999) os investimentos sociais eram vistos, portanto, como fundamentais para a sociedade capitalista industrial. A seguridade social na concepção de Beveridge, por exemplo – fundamentada pela noção de investimento em recursos humanos associado as idéias keynesianas de intervenção estatal na Economia - intervinha de modo a proteger os desempregados, os inválidos, as crianças, os idosos, como também previa a aposentadoria vinculada aos campos da educação e da saúde

Deste modo, a autora afirma que as políticas sociais passaram a ser analisadas, segundo a teoria marxista, como um fenômeno contraditório, pois tanto respondem aos interesses dos trabalhadores como também aos dos representantes do Capital.

Com a alteração da forma de produção em massa para a acumulação flexível e com o declínio da Política de Bem Estar Social tornam-se mais graves as expressões da questão social. Segundo Iamamoto (1997), “Busca-se uma flexibilidade nos processos de trabalho [...] uma flexibilidade do mercado de trabalho, que vem acompanhada de desregulamentação dos direitos do trabalho, de estratégias de informalização da contratação dos trabalhadores.” (p. 16)

Essas mudanças no modo de produção baseada nos preceitos do Toyotismo<sup>20</sup> desmontam as garantias conquistadas pelos trabalhadores com relação aos direitos sociais. Com isso, as expressões da questão social tornam-se mais problemáticas e o sistema capitalista de acumulação flexível tenta amenizar estas expressões de maneira focalizada e seletiva. Segundo Iamamoto (2008),

Os investimentos especulativos são favorecidos em detrimento da produção, o que se encontra na raiz da redução dos níveis de emprego, do agravamento da questão social e da regressão das políticas sociais públicas. (p. 143).

A retração do Estado é também uma das características ocasionadas por essas mudanças. Assim, o Estado passa a ter reduzidas suas responsabilidades com o campo social, resultando no comprometimento da qualidade dos serviços públicos de atendimento as expressões da questão social.

Constata-se hoje também, segundo Iamamoto (1997), uma tendência a *refilantropização social*, onde “grandes corporações econômicas passam a se preocupar e a intervir na questão social dentro de uma perspectiva de ‘filantropia empresarial’” (p. 26).

Há também entre todos esses fatores o fato de que cada vez mais, na sociedade capitalista, o ser social distancia-se do resultado de seu trabalho. Dessa forma, a mesma produção material que deu liberdade ao ser humano, no sentido de desenvolver-se intelectualmente e não depender estritamente da natureza, hoje, contraditoriamente, aliena o indivíduo de sua produção.

Segundo Chauí (2002), essa “alienação econômica” ocorre quando os “produtores não se reconhecem como produtores, nem se reconhecem nos objetos produzidos por seu trabalho” (p. 172). A autora fala ainda que quando os

---

<sup>20</sup> Ou acumulação flexível – ler: HARVEY, David. **Transformações político-econômicas do capitalismo**. In: *Condição Pós-moderna: uma pesquisa das origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2005.

trabalhadores olham os preços dos produtos expostos nos estabelecimentos sabem que não poderão adquiri-los, contudo, não tomam consciência que foram eles, enquanto classe social, quem produziram aqueles produtos com o seu trabalho. Deste modo, “os trabalhadores não percebem que foram reduzidos à condição de coisas que produzem coisas; não percebem que foram desumanizados e coisificados” (p. 173).

Portanto, o resultado final do processo de trabalho não será necessariamente usufruído e controlado pelo sujeito trabalhador. Desta forma,

Quanto mais os homens se emancipam das forças da natureza, mas se alienam em relação à sua própria organização social [e a] humanidade deixa de controlar o conjunto da sua produção e o conjunto de sua atividade produtora. Deixa, pois de controlar seu destino social. (MANDEL, 1978, p.276).

Hoje a humanidade tem contato com outras culturas, com outras construções materiais e diversificados objetos de consumo, as distâncias entre os povos são encurtadas com o avanço tecnológico. Porém, à medida que se desenvolve essas potencialidades, mais os sujeitos distanciam-se de sua criação.

No caso do Brasil as peculiaridades da questão social tornaram-se mais dramáticas se comparadas aos países mais desenvolvidos economicamente. Em primeiro lugar, no caso brasileiro, conforme fala Iamamoto (2008), a transição do capitalismo competitivo para o monopolista ocorreu de forma diferenciada, fugindo ao “modelo universal da democracia burguesa” (FERNANDES apud IAMAMOTO, 2008). Em segundo lugar, essa transição, portanto, não foi presidida por uma burguesia de orientação democrática e nacionalista, mas sim marcada por uma dominação burguesa, que restringia esse processo de transição aos interesses das classes dominantes – impondo os interesses dessa classe a toda a nação (IAMAMOTO, 2008). Assim,

[...] a expansão monopolista faz-se, mantendo, de um lado, a dominação imperialista e, de outro, a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. Ela aprofunda as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional e racial de renda, prestígio e poder. Engendra uma forma típica de dominação política, de cunho contra-revolucionário, em que o Estado assume um papel decisivo não só na unificação dos interesses das frações e classes burguesas, como na imposição e irradiação de seus interesses, valores, ideologias para o conjunto da sociedade. (IAMAMOTO, 2008, p.132)

Deste modo, há que ser analisado todo o contexto histórico da formação da sociedade brasileira. Em primeiro lugar ocorrera uma aderência tardia do Brasil ao modo de produção capitalista. Singer (1987) diz que durante os três primeiros séculos como colônia e até mesmo um período após a independência, o capitalismo, enquanto modo de produção, não existia no Brasil. O autor afirma que:

Sendo o capitalismo um modo de produção caracterizado pela alienação da força de trabalho por indivíduos livres em troca de salários, está claro que ele é incompatível com a escravidão e só adquire significado no Brasil após a abolição da mesma. (SINGER, 1987, p. 67).

Assim, o capitalismo, voltado principalmente para o mercado interno, começa a se desenvolver no Brasil no período em que ocorre no mundo uma crise na economia, quando o comércio internacional decrescia e faltavam produtos importados (SINGER, 1987). Foi nesse mesmo período que surgiram as primeiras manifestações de protesto quanto as condições trabalhistas nas indústrias e a luta do movimento operário por melhores condições trabalhistas.

Contudo, só começam a ser tomadas medidas legais para o reconhecimento dos direitos trabalhistas e para a concessão de algumas reivindicações da classe operária a partir da década de 1920 e principalmente nos anos 1930 (SINGER, 1987), sob o Estado Novo, ou seja, em uma época em que o sindicalismo era controlado pelo Estado e só eram reconhecidos os sindicatos que eram vinculados ao governo.

Porém, muitos dos direitos trabalhistas conquistados nessa época, depois mantidos e ampliados pela Constituição de 1988, foram violados a partir da década de 1990 devido às mudanças ocorridas por influência da ideologia neoliberal na economia. Assim, não eram e ainda não são compatíveis, os direitos sociais e trabalhistas, com a ideologia baseada na acumulação flexível.

Segundo Yamamoto (1997), um dos resultados desse padrão de acumulação flexível é a “[...] desregulamentação das relações de trabalho e dos direitos sociais, derivada da preocupação com a necessidade de redução dos ‘custos sociais do trabalho’”. A autora afirma que:

As despesas afetas aos direitos trabalhistas e sociais, portanto aquelas relativas ao custo social do trabalho são muito elevadas no país [...] daí o consenso, partilhado pelo Estado e pelo empresariado, para reduzir os

gastos sociais e flexibilizar o custo do trabalho no país. (IAMAMOTO,1997,p. 28 -29).

Dessa forma, lamamoto (2008), sugere que o gasto com o social é tido pela perspectiva neoliberal como uma das principais causas da crise fiscal do Estado. A proposta dessa ideologia é segundo a autora, o de:

[...] reduzir despesas, diminuir os atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para a implementação dos projetos [Contudo] “... o assistente social, que é chamado a implementar e viabilizar direitos sociais e meios de exercê-los, vê-se tolhido em suas ações[...] (IAMAMOTO, 2008, p. 149).

### 3.2 A QUESTÃO SOCIAL, SUAS EXPRESSÕES DIANTE DA REALIDADE DA EDUCAÇÃO E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Contemporaneamente, as formas de enfrentamento da questão social são tensionadas, segundo lamamoto (2004) por diferentes projetos sociais que dirigem e implementam as políticas sociais públicas, mas convivem também em seu interior com muitas lutas devido a interesses distintos existentes no interior desses projetos. Essas tensões existentes na realidade influenciam as relações de trabalho do assistente social, que se vê condicionado por esses conflitos de interesses.

lamamoto (2004) identifica, portanto, como primeiro projeto o de caráter universalista e democrático, baseado na concepção de seguridade social dada pela Constituição de 1988, fundamentado nos princípios de: participação e controle popular; na universalização dos direitos; da garantia de acesso aos serviços; da garantia das ações em defesa da cidadania numa perspectiva de equidade.

Dessa forma, ressalta-se a importância da partilha e do deslocamento do poder, enaltecendo a relevância dos espaços públicos de representação e negociação, como os Conselhos (IAMAMOTO, 2004) sendo estes espaços privilegiados.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> Conforme Carla Rosane Bressan, baseado também no momento de defesa deste trabalho, cabe aqui fazer uma reflexão sobre os conselhos pertencentes à Política de Educação. Na realidade em que se encontram não podem ser pensados como espaços privilegiados de “deslocamento de poder”, pois acabam muitas vezes por reforçar a lógica de dominação em vez de buscar descentralizar o poder em questão.



Esse projeto de cunho democrático é influenciado, conforme Yamamoto (2008) por outro de inspiração neoliberal, que acaba por subordinar os direitos sociais à lógica do mercado, à política econômica, em detrimento das garantias constitucionais.

A autora observa que ao invés das determinações impostas pela Constituição orientarem a distribuição da riqueza, a legalidade da Constituição passa a ser influenciada pelos acontecimentos econômicos e pela disponibilidade de recursos.

É possível observar também a transferência para a esfera privada das responsabilidades da administração estatal. Assim, a privatização e a sua relação com o trato da questão social inserem-se numa lógica de seletividade dos usuários, já que as diferentes organizações privadas buscam atender somente parcela da população.

A educação neste contexto de reestruturação no modo de produção e conseqüentemente no surgimento de novas expressões da questão social vê-se influenciada pelo modelo neoliberal. Como conseqüência ocorre uma flexibilização do sistema de ensino, sucateamento dos estabelecimentos de ensino públicos, entre outros fatores.

Assim, Almeida (2000) identifica como o processo de industrialização, e posteriormente como o neoliberalismo norteou as diferentes reformas ocorridas na história da educação.

Nos “ciclos” (ALMEIDA, 2000) da reorganização da esfera da produção estão inseridos tanto mudanças no modelo de industrialização quanto das relações e processos de trabalho, acompanhados por processos culturais que envolvem também a dimensão educacional.

Segundo o autor, o primeiro ciclo destaca-se entre a década de 1920 e 1930, onde se buscava um “[...] novo tipo de trabalhador sintonizado às exigências do processo de industrialização [...]” (p. 64).

Outro ciclo citado por Almeida (2000) é o que envolve a criação de instituições com ações “... fora do aparato educacional tradicional do Estado...” que formavam força de trabalho especializada, como o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Cita também o ciclo de industrialização ocorrida no Brasil nas

décadas de 1960 e 1970 e o processo de formação técnico para a força de trabalho, ocorrendo nesse mesmo período reformas educacionais.

Atualmente, com o processo de globalização, vinculado as ações de cunho neoliberal, ou “ultraliberal” (FRIGOTO, 2008), como ideologia que rege a política econômica, o campo da educação passa a ser valorizado, “elevado ao patamar de área estratégica de investimento por parte do Estado [...] no sentido de flexibilizar a Educação, adequando-a ao próprio processo de produção e de regulação social no capitalismo [...]” (ALMEIDA, 2000, p.65).

Para Leal (2008), a educação passa por um processo de reforma na lógica neoliberal e surge na década de 1990 como uma medida importante, pois seria necessário requalificar, preparar e adequar essa força de trabalho as necessidades de mercado que emergiam no momento.

A privatização e a mercantilização da educação são conseqüências da flexibilização do sistema de Ensino. Como sinaliza Espíndola (2005),

Está em franco andamento o processo de agigantamento e irradiação do poder político dos capitais privados regionais e nacionais, os quais já dominaram grande parte da educação universitária, partes crescentes dos níveis fundamental e médio do sistema educacional e da educação infantil, com representação crescente no Congresso Nacional, nas assembléias legislativas, nos conselhos educacionais, federal e estadual, com poderosos *lobbies* em todos os organismos vinculados à educação de todos os níveis e com representantes nos postos políticos dos órgãos educacionais nesses mesmos níveis institucionais. (p. 226)

É ainda necessário lembrar que no caso brasileiro a privatização do ensino universitário é também estimulado financeiramente pelo poder público, para a expansão das universidades privadas, em contraponto ao que Espíndola (2005) denomina de “engessamento” das universidades públicas.

Para o autor, há ainda o fato de que o conservadorismo neoliberal e outros matizes, como a religião, o pensamento tradicional liberal, juntamente com o individualismo exacerbado da classe média “[...] são fortes o suficiente para forçarem a moldagem da educação média e superior à lógica (caótica) do ‘mercado’, ou seja, da economia capitalista, como único sistema possível[...]” ( ESPINDOLA, 2005, p.229).

Em contraponto, a Educação é um direito garantido pelo art. 205 da Constituição Federal de 1988. De acordo com o artigo, conforme já salientado, a educação é um direito de todos que deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, a preparação do sujeito para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Porém, diante do quadro atual, a Educação é afetada pela ordem econômica, cuja conseqüência é o agravamento da questão social que se reflete também na realidade do ensino brasileiro. A educação é assim, demasiadamente influenciada pelo agravamento da questão social, de forma que os níveis de pobreza e de miséria atingem diretamente a educação (BRESSAN, 2001).

Pensando nessa ótica, algumas expressões da questão social presentes na realidade escolar são segundo Santana (2008): o tráfico de drogas; a dependência química; a violência urbana; o tráfico enquanto mercado de trabalho; a gravidez na adolescência como motivo de evasão escolar e ausência de orientação sexual no quadro escolar; o trabalho infantil; a evasão escolar; as dificuldades de acesso e permanência; a situação socioeconômica da população.

Outro elemento importante na análise dessas expressões é o fato de que se por um lado o sistema de ensino é insuficiente, do ponto de vista quantitativo como qualitativo, por outro, mesmo quando a vaga é garantida nas escolas, muitos estudantes não conseguem concluir seus estudos (BRESSAN, 2001).

As escolas, segundo Lopes (2005), são também Instituições Sociais que contribuem para a reprodução da ordem social, ou seja, reproduzem o sistema capitalista. Deve, dessa forma, cumprir os ditames e as normas das Instituições Internacionais, como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), pois dependem financeiramente destas. Assim, Almeida apud Bressan (2001) afirma que o sistema de ensino modificou-se significativamente nas últimas décadas para atender, na maioria das vezes, as exigências de organismos internacionais.

Em contrapartida, Lopes (2005) também cita o processo de democratização ocorrido no Brasil nas décadas de 80 e 90, cujo movimento facilitou o acesso dos alunos as escolas. Contudo, essa ampliação no sistema educacional ocorreu na dimensão quantitativa e não qualitativa, onde as escolas ampliaram sua demanda, faltando, porém, a democratização da qualidade e do acesso ao conhecimento.

Dessa forma, a atuação do profissional de Serviço Social nas Instituições de Ensino, assim como também no seu envolvimento com toda a Política de Educação, é indispensável, pois a profissão atua diretamente com as expressões da questão social, ou seja, é “[...] um profissional que trabalha com as relações sociais e suas problemáticas” (LOPES, 2005, p. 03). O universo escolar não foge dessas conseqüências, tornado-se possível identificar no cotidiano das escolas muitos fatores como a evasão escolar, a violência dentro das escolas, entre outros.

A atuação do assistente social nas escolas está nas mais variadas expressões cotidianas, tanto nas relações externas, como a família, a sociedade, entre outros, quanto nas relações internas, no trabalho em conjunto com os profissionais que compõem o campo educacional (LOPES, 2005).

Assim sendo, o Assistente Social deve ser competente para atuar diante das expressões da questão social no universo escolar, podendo fazer uma análise da problemática identificada diante da Política de Educação a fim de garantir o direito à educação, ao seu acesso e à qualidade de ensino. Esse trabalho poderá também ser realizado em conjunto com os outros profissionais que atuam na área da educação.

### 3.3 A ANÁLISE DA PRÁTICA PROFISSIONAL NA PERSPECTIVA DE DOIS ÂMBITOS DE TRABALHO: NO PLANEJAMENTO E NA GERÊNCIA, COMO TAMBÉM NO ATENDIMENTO DIRETO

#### **3.3.1 A atuação do assistente social no planejamento e na gerência da Política de Educação**

Para Bressan (2001) a discussão sobre a presença do Serviço Social na educação ocorre desde a década de 1990, com produção teórica sobre tema, como também das discussões ocorridas nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS). Dentro desse contexto, lembra também que o entendimento da inserção do Serviço Social na Política de Educação vem assumindo espaço cada vez maior na agenda do conjunto Conselho Federal de Serviço Social

(CFESS)/CRESS. Souza, I. L. (2004b) afirma que este campo de atuação do assistente social não é novo, porém, foi perdendo legitimização e reconhecimento em seu processo de profissionalização.

Contudo, a discussão dessa presença dos assistentes sociais atuando na Política de Educação é

[...] permeada por inúmeras incertezas, principalmente no que se refere à sua forma de inserção na Política Social de Educação, compreendendo suas mais diversas instâncias de concretização, ou seja, desde sua elaboração até a sua execução. (BRESSAN, 2001, p. 07).

Portanto, a inserção do profissional do Serviço Social neste campo impõe um desafio à profissão, o de construir uma intervenção qualificada no espaço da Educação (BRESSAN, 2001).

Sendo assim, é preciso destacar uma série de elementos importantes que subsidiam a construção de um projeto profissional na área da Educação. FRIGOTO (2008) lembra de um aspecto importante que precisa ser analisado: o fato de a prática profissional do Serviço Social, assim como também da prática profissional que envolve os profissionais que atuam na educação serem caracterizadas como práticas sociais, ou seja, relacionadas com as relações sociais, com as determinações históricas pensadas dentro de determinadas formas de sociedade – hoje capitalista.

A relação do Serviço Social com a Educação também precisa ser vista:

[...] para além do entendimento de educação restrita ao equipamento escola, mas considerando-a na diversidade de espaços e de públicos e nas expressões da questão social que se manifesta nesses espaços [...] não é possível discutir a política educacional enquanto uma política setorial, sem dimensioná-la para as relações sociais [...] (SANTANA, 2008: 23-24)

Assim, para Frigoto (2008) a educação é vista como: um espaço de direito da infância, da juventude, como também da vida adulta; um lugar onde se produzem e reproduzem conhecimentos, valores; um espaço de socialização de um saber que foi historicamente construído, que possibilita a descoberta de potencialidades e habilidades de cada um ou de cada grupo.

Outro elemento a ser pensado é sobre o papel da escola hoje. É necessário discutir “[...] a função social assumida pela educação no atual contexto” (BRESSAN, 2001, p. 08). Essa afirmativa é reforçada por Souza, I. L. (2004a), quando fala que:

À escola, vêm sendo atribuídas responsabilidades as quais tendem a ultrapassar o que tradicionalmente a caracteriza: a instituição social que, por excelência, trabalha com o conhecimento de forma sistemática e organizada. As leis, as análises, os estudos realizados em torno do papel que a escola tem a desempenhar na sociedade, reforçam sua responsabilidade com a formação para cidadania e, conseqüentemente, com a formação de pessoas capazes de ler a realidade que, ao reconhecerem seus direitos e deveres, trabalharão no processo de construção de uma sociedade no mínimo mais digna e justa. (p. 02)

É necessário, portanto, compreender a educação como uma Política Social que visa garantir os direitos sociais, que precisa ser vista numa perspectiva de produção social, juntamente com o seu papel diante da sociedade. (BRESSAN, 2001).

Dessa maneira, para acompanhar essa discussão sobre o reconhecimento de elementos necessários para se pensar o planejamento e a gerência na Política de Educação, busca-se identificar alguns artigos articulados à pesquisa realizada no IX e no X ENPESS a fim de que possam dar subsídios para essa análise. Assim, foram selecionados os seguintes autores: Marcheto et al. (2004); Souza, I. L. (2004a); Souza, I. L. (2004b); Furlan (2004); e Zanette (2004).

Não foram encontradas reflexões que abordassem diretamente sobre o papel do Serviço Social pensado a partir da atuação do assistente social nos órgãos de planejamento e de gerência, salientados por Santana (2008), como: as secretarias municipais e estaduais, coordenadorias, entre outros. Contudo, podem ser retirados alguns elementos, baseados na reflexão da produção desses autores citados anteriormente, que colaboram com o processo de elaboração e planejamento da Política de Educação. Apenas um artigo aborda sobre o trabalho realizado numa Secretaria Municipal, mas refere-se à capacitação com os profissionais dessa secretaria, sem, contudo, definir outros aspectos sobre a prática profissional neste contexto. Porém, este artigo é selecionado para embasar a discussão com relação ao planejamento e a gerência da Política de Educação.

Sendo assim, Marcheto et al. (2004), desenvolve análise sobre o projeto de extensão universitária implantado pelo grupo Programa de Educação Tutorial (PET) de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Franca que

trabalhou em conjunto com a categoria profissional de assistentes sociais a fim de viabilizar uma discussão acerca do surgimento da profissão no espaço escolar público. Atuando, portanto, na luta a favor da inserção do Serviço Social neste espaço educacional.

Nesta perspectiva, defende que o profissional da área possa contribuir bastante com a escola, em articulação com a equipe pedagógica e com outros profissionais, na busca de possibilitar à escola o “encontro da educação com a realidade”, articulando as expressões da questão social expostas no âmbito escolar com a realidade social. Dessa maneira, segundo Marcheto et al. (2004) a escola necessita de um profissional que esteja integrado à realidade escolar e ao trabalho pedagógico da escola, trabalhando sua inserção nas discussões sobre a educação, buscando fundamentar suas respostas profissionais a partir de suas competências teórico-metodológicas, técnico-operativo e ético-político.

Marcheto et al. (2004) sinaliza também sobre a percepção enviesada por que muitos profissionais têm do Serviço Social escolar, ao notar que “... o trabalho esperado era de caráter ‘curativo’, ou seja, que o Serviço Social deveria estar ali para acabar ou minimizar os problemas disciplinares dos alunos.” (p. 06). Portanto, é essencial o planejamento das ações e a reflexão de qual é o papel do assistente social na Política de Educação pensando em formas de suprimir essa visão errônea sobre a prática profissional.

Por conseguinte, Souza, I. L. (2004b) compreende que o assistente social pode ter um papel muito mais importante para a escola se as suas ações forem voltadas para a elaboração e implementação de projetos sociais, para uma articulação com os órgãos de defesa de direitos, de proposição de estudos e pesquisas, de contribuição na capacitação humana e do trabalho.

Assim, pelo fato de ser significativa a contribuição do assistente social no espaço escolar, Souza, I. L. (2004b) acredita ser necessária uma articulação entre Conselhos Federal e Estaduais de Serviço Social, em conjunto com as Secretarias de Educação, com os profissionais da área, entre outros.

No decorrer do desenvolvimento das atividades de planejamento e gerência da Política de Educação é preciso pensar também sobre qual o papel da escola na realidade social. Dessa maneira, Souza, I. L. (2004a) reforça sobre a responsabilidade da escola para com a formação para a cidadania e “[...] conseqüentemente, com a formação de pessoas capazes de ler a realidade que, ao

reconhecerem seus direitos e deveres, trabalharão no processo de construção de uma sociedade no mínimo mais digna e justa.” (p.02).

O espaço educacional para Zanette (2004) tem potencial para a construção de um “aluno-cidadão”, assim como também um espaço para o fortalecimento da democracia. Todavia, o Serviço Social tem um campo de trabalho neste ambiente devido as contradições sociais, econômicas, políticas refletidas na escola.

Portanto, planejar e gerir a Política de Educação compete aos profissionais envolvidos visualizar que a legitimação da prática profissional neste espaço escolar significa pensar que a educação ultrapassa a transmissão de saber nas salas de aula. Ou seja, verificam-se nestas instituições muitas das expressões da questão social e deve caber ao assistente social atuar neste contexto, em articulação com outros profissionais que atuam na área da educação. Sendo assim,

[...] julga-se que a escola apresenta espaços para atuação de profissionais além dos já considerados profissionais da educação. A estes últimos também vêm sendo exigidos redimensionamentos em suas ações, a fim de atender às reformas educacionais, às novas configurações no sistema de ensino. (SOUZA, I. L., 2004a, p. 05).

Visando verificar essas novas configurações, Zanette (2004) identifica como essencial para a garantia de acesso e permanência nas escolas, a ampliação do espaço de discussão da Política de Educação, incluindo os diferentes profissionais da área da educação, as secretarias de educação, como também de assistência social, diretores de escolas, coordenadores, professores, pais, alunos, de modo a garantir alternativas para a emancipação dos sujeitos sociais.

Pensando nessa possibilidade de ampliação desse espaço, Furlan (2004) trabalha sobre a reflexão da atuação do Serviço Social escolar a partir de estudo feito numa capacitação e consultoria realizada aos profissionais da Secretaria de Educação do Município de Limeira – São Paulo. A intenção desse estudo foi, portanto, estudar esse espaço sócio-ocupacional do serviço social escolar.

Como resultado desse processo de capacitação e consultoria Furlan (2004) acredita na elevação da “... qualidade interventiva dos profissionais para que atuem de forma competente no plano teórico, político e operativo tendo por eixo das ações as múltiplas expressões da questão social.” ( p. 05). Assim, visando descobrir qual a



real atuação do Serviço Social nas escolas de Limeira, sem deixar de visualizar essa atuação numa perspectiva de totalidade.

Logo, “a realização do estudo numa perspectiva de totalidade se justifica a partir da constatação de que o Serviço Social Escolar é parte das realidades mais amplas e complexas no plano econômico, social e cultural” (FURLAN, 2004, p.04).

### **3.3.2 A atuação do assistente social no atendimento direto diante da política de educação**

A prática profissional, assim como também toda a ideologia que envolve a profissão – que prioriza a ampliação e a garantia dos direitos sociais – é influenciada por determinações históricas que envolvem a construção da profissão, e por processos culturais, econômicos e políticos que intervêm no trabalho do assistente social.

Com isso, as demandas da profissão e a organização do espaço profissional do assistente social estão intrinsecamente ligadas aos processos de reestruturação produtiva que envolve a desregulamentação do trabalho e da reorganização dos trabalhadores, pelas lutas de classe como também das lutas geradas pelo antagonismo dos projetos societários (MIOTO, 2007).

Assim é preciso pensar hoje numa busca de diferentes estratégias para o trabalho diante dessas determinantes. Segundo Faleiros (2001), são nessas contradições que “[...] se vai desconstruir e *construir sua identidade profissional*”<sup>22</sup> e o objeto de sua intervenção profissional, nas condições históricas dadas, com os sujeitos da ação profissional.” (p. 41).

Dessa forma, em artigo realizado no intuito de auxiliar o estudante e o profissional de Serviço Social a compreender seu universo de trabalho, dimensionando as ações profissionais no contexto das construções ético-político e teórico-metodológicas da profissão, Miotto (2007), intitula três grandes desafios para a elaboração dessa proposta.

O primeiro desafio está na articulação entre a dimensão macro-societária, conhecendo assim as determinações sócio-históricas que influenciam a profissão, e

---

<sup>22</sup> Sem grifo no original, grifo meu.

a dimensão profissional que consiste nas respostas profissionais. O segundo “[...] refere-se ao rompimento das clássicas dicotomias entre a dimensão teórico-metodológica e a dimensão técnico-operativa (teoria x prática) [...]” (p. 05). Por fim, o terceiro desafio relaciona-se a formação profissional e com o rompimento da ilusão de que somente com os estudos realizados na academia, combinados com a apropriação dos instrumentos técnicos operativos seriam suficientes para a realização das mediações necessárias na intervenção profissional.

Para Iamamoto (1997), sintonizar o Serviço Social com esses novos tempos é preciso em primeiro lugar explicitar alguns pressupostos para a análise da profissão.

O primeiro deles é a necessidade da profissão romper com a “visão endógena focalista”, precisando alargar seus horizontes: enxergar o movimento das classes sociais, extrapolar o Serviço Social. “É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social” (p.07), para que se possa sempre requalificar o fazer profissional, decifrando a realidade e construindo propostas criativas de trabalho no sentido de preservar e garantir direitos a partir das demandas que lhe são impostas (IAMAMOTO, 1997).

O segundo pressuposto citado pela autora é que a profissão precisa ser entendida como um tipo de trabalho na sociedade, portanto, uma especialização do trabalho. Dessa maneira, as mudanças que ocorrem na sociedade tanto influenciam a divisão do trabalho na sociedade, quanto a divisão técnica do trabalho, sendo que o Serviço Social não foge dessas determinações.

O terceiro pressuposto para Iamamoto (1997, p. 11) seria o fato de tratar o Serviço Social como trabalho supõe “[...] privilegiar as esferas de produção e da reprodução da vida social, como determinantes na constituição da materialidade e da subjetividade das ‘classes que vivem do trabalho’” (p. 11).

Sendo assim, numa perspectiva de reflexão da atuação profissional na área da educação é preciso identificar, dessa forma, quais seriam as formas utilizadas pelo profissional assistente social no trato com as expressões da questão social presentes na Política de Educação.

Dessa maneira, foram utilizados alguns artigos da pesquisa realizada no IX e no X ENPESS para também fundamentar essa discussão, sendo estes: Panozzo (2004); Weizenmann e Faustini (2004); Silva e Oliveira (2004); Grossi e Bezerra

(2004); Zanette (2004); Nunes e Oliveira (2004); Souza, I. L.(2004b); Arruda e França (2006).

Para iniciar essa reflexão sobre a atuação do assistente social na área da educação Souza, I. L.(2004b) identifica que, após estudo e investigação sobre a atuação dos assistentes sociais nessa área, desde a década de 1930 registra-se um espaço de significativa contribuição do profissional, devido a sua dimensão educativa que caracteriza seu saber e seu fazer.

Destaca ainda que a profissão, atuando nesta área, já passou por diferentes momentos, identificando primeiramente que na década de 1930 a escola era percebida como uma “agência social” que tinha como tarefa

[...] estender até o lar a sua atividade educativa. [...] organizada com o propósito de buscar elementos positivos do caráter, da personalidade da criança no seu meio familiar, compreendendo o alunado de acordo com as influências ambientais, no intuito de modificá-lo para facilitar o trabalho educativo de ajustamento social. (SOUZA, I. L., 2004b, p. 01).

Recorda que na década de 1970 o assistente social tinha o papel de estabelecer relações entre a escola e os pais, integrando as crianças que tinham dificuldades de adaptação à vida escolar. E assume, na década de 1990, “... casos antes direcionados e trabalhados apenas por profissionais como o médico e o psicólogo: envolvimento com drogas, gravidez precoce, maus-tratos, depressões infantis.” (SOUZA, I. L., 2004b, p. 06).

São, portanto, nestas múltiplas determinações históricas que permeiam a trajetória da profissão na área da educação, que direcionavam, e direcionam as reflexões e intervenções dos Assistentes Sociais na Educação e na escola. (SOUZA, I. L. 2004b).

Por conseguinte, para Grossi e Bezerra (2004), o Serviço Social adquiriu lugar na educação a partir da aprovação da LDB de 1996. Determina que, apesar dos profissionais da área da educação lidarem com as diversas questões apresentadas no âmbito escolar, esses profissionais muitas vezes não estão preparados para lidar com as expressões da questão social de maneira a garantir os direitos sociais, entre outros. Assim,

Apesar dos esforços institucionais em curso, como os novos parâmetros curriculares para o ensino fundamental, médio e para a educação infantil, a

rede de ensino- público e privada – não conseguiu incorporar o enfrentamento destes temas [violência,família, sexualidade, drogas]... à rotina, pelo simples fato de que os profissionais não vem sendo preparados nessa direção. É nesta lacuna que diversos assistentes sociais vem atuando, com projetos que reorientam o foco de suas intervenções dentro dos estabelecimentos nos quais se inserem ou mediante projetos de assessoria” (ALMEIDA apud GROSSI, BEZERRA, 2004 p.06)

Cabe destacar também que a escola possui em sua realidade, por exemplo, uma série de dispositivos normativos e disciplinares para a solução dos conflitos existentes nesse universo, contudo, nem todos os conflitos podem ser resolvidos com normas (GROSSI, BEZERRA, 2004, p.05).

Dessa forma, Grossi e Bezerra (2004) situam a “mediação de conflito” na educação, mais especificamente na escola, como uma estratégia metodológica no sentido de prevenir a violência “ao evitar que os conflitos críticos se transformem em situações de violência na escola” (p.02). Assim, a mediação de conflitos nessa dimensão surge também como uma possibilidade de contribuição do Serviço Social para a educação.

A mediação como estratégia, comporta, segundo Ortega apud Grossi e Bezerra (2004), alguns passos, como:

[...] levar em conta que os protagonistas sejam, entre si, pessoas experientes em relações estáveis, até o momento em que o conflito se desencadeie e que estejam abertos a mudar [...] considerar se a instituição, no caso – a escola, dispõe ou não de instrumentos de regulação adequados em resolução de conflitos no cotidiano (diálogo, discussão prolongada e bem planejada, socialização de idéias e critérios como formas democráticas de tomar decisões) antes que se tornem conflitos críticos, e que requeiram estratégias de especialistas. (p. 06)

O autor ainda determina que todo processo de mediação deve ser solicitado, ou seja, os protagonistas envolvidos devem manifestar desejo neste processo de mediação. É necessário também um aparato de condições físicas e ambientais que propiciem a realização desse trabalho, considerando elementos como: a confidencialidade, a liberdade de expressão e a imparcialidade e compromisso com o diálogo.

Silva e Oliveira (2004) discorrem sobre outro aspecto com relação a educação escolar e que remete também a atuação do assistente social. Assim, abordam sobre o processo de exclusão social ocorrido no município de Carazinho, do estado do Rio Grande do Sul, das crianças hiperativas e com transtorno de déficit

de atenção junto às escolas regulares, sendo estas encaminhadas a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Para os autores, esse processo é muito prejudicial para a formação das crianças, pois

[...] afastada do seu ambiente regular, onde tem uma rede de amizades, está com a socialização em formação. Com este procedimento a criança está perdendo, pois ao retornar para a escola de origem terá de reconstruir os laços desfeitos durante o tempo afastado e carregará sobre si o estigma de ter passado por uma escola especial. (p. 03).

Por outro lado, Silva e Oliveira (2004) determinam que as crianças e os adolescentes portadores de necessidades especiais devem ter acesso à educação formal e à educação para o trabalho. Portanto, deve-se priorizar a criação de políticas públicas que defendam os direitos desses cidadãos, voltadas para a inclusão e garantia dos direitos humanos. Assim, os autores lembram que o assistente social deve ter comprometimento com a defesa intransigente desses direitos.

Dessa forma, a prática profissional do assistente social junto à escola situa-se nesse contexto de contradições presentes na realidade escolar. As instituições escolares são espaços onde as contradições sociais, econômicas, políticas e culturais refletem-se em desigualdades, impedindo a efetivação dos direitos sociais. (ZANETTE, 2004, p.04).

Conforme diz Zanette (2004):

É neste recorte da prática social que precisa ser situada a intervenção do Serviço Social junto a escola, para garantir o direito à educação e que se efetive a construção do cidadão crítico e atuante no ambiente em que vive, como meio de transformar a sociedade, além do mais, deve enfatizar atitudes que elevem a qualidade de vida do aluno, da família e da escola. (p.04)

A autora ainda fala sobre a importância da práxis do Serviço Social e a sua inserção na área educacional como uma forma de garantir que os alunos exerçam sua cidadania e seus direitos.

Porém, expressa que no decorrer do desenvolvimento de sua ação profissional, o Assistente Social precisa tomar conhecimento da problemática existente a partir do aparato escolar, a constar: drogadição; violência; desemprego; discriminação; evasão; repetência; analfabetismo; sexualidade; relação humana;

processo ensino-aprendizagem; relação família e escola; relação professor e aluno; relação escola e comunidade; questão ambiental. Além disso, o profissional precisa ter uma relação propositiva com a direção da escola com os professores, alunos, comunidade escolar. (ZANETTE, 2004, p.05).

Nunes e Oliveira (2004) levantam também outros aspectos que acabam por influenciar a organização das escolas de educação infantil. Baseados em estudo feito em quatro municípios do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo e Nova Iguaçu – verificam que a tradição política desses locais tem um papel determinante na organização do sistema de ensino municipal. Assim, verificam que “... as tradições populistas, clientelistas e autoritárias se refletem na organização do atendimento e se presentificam nas creches comunitárias, filantrópicas e ligadas a associações de moradores.” (p. 03).

Segundo os autores, o atendimento na rede pública municipal desses quatro municípios está muito aquém do estimando no que vise a garantia dos direitos à educação infantil, pois é apenas uma parcela da população infantil que necessita desses serviços é que consegue um vaga nessas instituições.

Dessa maneira, a prática do assistente social diante dessa realidade pode ser vista como forma de garantir que a educação infantil seja repensada como uma política pública de fato, problematizando-se “... novas perspectivas de intervenção afinadas com o debate mais comprometido com o ideário da educação como um direito social de toda criança de 0 a 6 anos.” (NUNES, OLIVEIRA, 2004,p.07).

Arruda e França (2006) ao pensar a atuação do assistente social na escola pública conseguem elencar uma série de possibilidades de atuação profissional neste espaço, a constar:

- a) capacitação de professores (as), equipe técnico-pedagógica e apoio administrativo em temas transversais que versem sobre a violência doméstica contra crianças e adolescentes, abuso sexual, drogas, alcoolismo, gravidez na adolescência, discussão sobre o Estatuto da Criança e do (a) Adolescente;
- b) ser articulador (a) da rede de proteção e defesa dos direitos da criança e do (a) adolescente, bem como da rede de proteção social direcionada às famílias dos (as) alunos (as);
- c) mediar discussões acerca de situações de violação dos direitos dos (as) alunos(as), bem como situações sociais e familiares que influenciam a indisciplina, agressividade, evasão, repetência e desestímulo frente ao processo de ensino-aprendizagem;
- d) facilitador (a) em oficinas temáticas relacionadas à participação das mães, pais e/ou outros familiares no contexto escolar, bem como relativos aos direitos e cuidados com crianças e adolescentes, entre outras. (p.05)

Assim, Arruda e França (2006) falam sobre o espaço profissional do assistente social no Projeto “Ide à Cidadania”, desenvolvido na Escola Municipal Antônio Campos e Silva, no bairro de Mãe Luíza, em Natal – Rio Grande do Norte.

Afirmam que as atividades dos assistentes sociais vinculadas a equipe profissional da escola – docentes e não docentes, assim como também junto as famílias dos alunos matriculados, foram organizadas da seguinte forma: em grupos de discussões, conjuntamente com uma psicóloga e uma pedagoga, voltados para a equipe técnica da escola; oficinas com as famílias dos alunos, a fim de que construíssem o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola em conjuntos com os profissionais inseridos neste ambiente; entre outras atividades.

Arruda e França (2006), ainda falam que a partir da experiência vivenciada nestas oficinas e grupos de discussões o assistente social encontrou maior espaço para poder articular os diferentes casos trabalhados pensados a partir da realidade socioeconômica vivenciadas pelas famílias envolvidas. Portanto, foi a partir desses encontros que o assistente social “... pôde apreender o contexto escolar e realizar a leitura e análise mais adequadas acerca de questões que emergiam durante os encontros.” (p. 08)

Foi neste desenvolvimento que também o assistente social juntamente com psicóloga e pedagoga, desenvolveram a realização de outras atividades como: a observação da rotina em sala de aula e em atividades extraclasse e intervalos, assim como também, realizam-se entrevistas com as famílias dos alunos. Deixaram como sugestão à escola que fosse realizado trabalhos em articulação com outras Instituições, como: o Conselho Tutelar; SOS Criança; Promotoria da Criança e do (a) Adolescente; instituições e programas de saúde, como o Programa Saúde da Família.

Com relação à prática da docência ministrada pelo assistente social se pode também considerar como atuação direta do assistente social na Política de Educação. Assim, foram identificados dois artigos com relação a essa temática, de autoria de Weizenmann e Faustini (2004) e Panozzo et al.(2004).

Para Panozzo et al. (2004), a formação tradicional apenas busca instruir as pessoas para o cumprimento dos afazeres rotineiros das profissões, sem, contudo, possibilitar a estas possuírem uma opinião crítica sobre sua ação profissional. Dessa forma, para os autores, “O que se busca enquanto prática docente é priorizar

estratégias que dêem conta de uma formação do cidadão, isto é, uma formação que privilegie uma educação libertária.” (p.04).

Assim, Panozzo et al. (2004) reflete sobre a formação dos docentes do curso de Serviço Social a fim de que atuem segundo as diretrizes do projeto ético-político da profissão, pensando em viabilizar a proposta de uma educação libertária, para além do conteúdo programado nas disciplinas, que pense o trabalho docente, como “... uma das modalidades específicas da prática educativa mais ampla que ocorre na sociedade [...] uma significativa importância na formação humana.” (LIBÂNEO apud PANOZZO et al., 2004, P. 05).

Ainda sobre a prática docente do assistente social, Weizenman e Faustini (2004) refletem esta etapa numa perspectiva educativo-crítica, pensada através de “mediações político-pedagógicas” existentes no cotidiano da prática docente do assistente social. Por conseguinte,

[...]a prática docente no Serviço Social identifica-se com perspectivas teórico-pedagógicas progressistas ou educativo-críticas, nas quais prevalecem a horizontalidade na relação professor-aluno, a reflexão crítica sobre a prática e o conhecimento, a compreensão da educação como um ato político, opondo-se a perspectivas conservadoras[...] (FREIRE apud WEIZENMANN, FAUSTINI, 2004, p. 03).

Dessa forma, é essencial, para os autores, trabalhar com a questão das mediações político-pedagógicas a fim de que seja percebido como a categoria profissional constrói seu espaço de ensino-aprendizagem, analisando a relação “docente/discente” e os processos pedagógicos que envolvem essa relação. “Compreender teoricamente o espaço pedagógico é condição para perceber, enfrentar e superar dificuldades inerentes ao processo formativo.” (WEIZENMANN, FAUSTINI, 2004, p.04).

Sendo assim, ao refletir sobre a atuação do assistente social na Política de Educação podem ser evidenciadas várias formas, diferentes experiências, como também possibilidades de atuação nesse espaço de trabalho. O papel – lugar e identidade - do assistente social, objeto deste trabalho, pode ser pensado, portanto, a partir das atribuições, funções, assumidas pelo profissional neste percurso de identificação do seu espaço de trabalho e das formas pelas quais poderá contribuir na reflexão do ambiente escolar, assim como também em toda a Política de Educação.



Reflexão esta pensada a partir da lógica da função social da escola, ou seja, da importância da educação para a sociedade, umas das formas pelas quais a prática emancipatória poderá ser conquistada.

Contudo, as diversas contradições existentes no ambiente escolar, e em consequência as expressões da questão social que emergem a partir deste ambiente, exigem do assistente social domínio e entendimento dos acontecimentos da realidade social, para poder compreender essas diversas expressões evidenciadas no ambiente escolar como integrante de uma realidade mais ampla. Essa realidade envolve tanto os estudantes, como também suas famílias, as instituições públicas, as relações de poder, a economia, dentre outros elementos.

Assim, a prática profissional deve conter competência técnica, assim como também uma postura ética que deverá preponderar em conjunto com a utilização de uma reflexão teórica que fundamente todas as realizações efetivadas durante seu exercício profissional. Deste modo, o profissional deve desenvolver ações procurando romper com posturas fatalistas, fugindo também do messianismo (IAMAMOTO, 1997). Analisando, dessa forma, não só o meio em que trabalham como também o contexto social mais amplo e a sua própria postura profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com toda a análise histórica realizada no decorrer deste trabalho, com relação a transformação da educação brasileira, no passar das décadas o sistema educacional toma diversos rumos na história brasileira. A concepção do que é educação, como também do que é direito, transformou-se de tal maneira que hoje podemos considerar a educação como um importante alicerce da transformação social e parte inerente da própria dinâmica societária.

Assim, para a profissão, discutir a questão social com base em reflexões realizadas a partir da dinâmica do exercício profissional é considerar a importância da educação para o processo de transformação dessa sociedade, identificando os elementos pelos quais poderão atuar o assistente social, ou seja, qual sua colaboração enquanto categoria profissional nessa área de atuação.

Para Almeida (2007) é impossível negar o lugar de destaque da educação diante desse processo de expansão da sociedade capitalista, principalmente se analisarmos as transformações tecnológicas e científicas que ocorreram no século passado. Ainda destaca que se:

Tomamos como ponto de partida de nossa reflexão a consideração de que a compreensão das novas perspectivas sócio-ocupacionais que se abrem hoje para o Serviço Social na área de educação não devem ser analisadas sem destacar a centralidade da educação na dinâmica da vida social. (ALMEIDA, 2007, p.01)

Neste sentido, a instituição escola, por exemplo, um dos campos de atuação do assistente social na Política de Educação, deixa de ser um mero aparato institucional que coordena ações de transmissão de conhecimentos em busca de responder necessidades do mercado. Torna-se, dessa maneira, um espaço de emancipação desse sujeito social em processo de formação de sua subjetividade. Um lugar onde visa pensar o estudante, como também todas as pessoas envolvidas ao ambiente escolar, como importantes na estruturação de uma mudança social, sendo um dos caminhos para a tomada de consciência de sua cidadania. Dessa forma,

Essa cidadania torna-se concretude a partir do momento em que o aluno conhece os seus direitos e deveres e pratica-os de maneira a transformar

sua própria realidade escolar e social para que isto fomente uma sociedade mais justa e eqüitativa. (ZANETTE, 2004, p.01)

Pensando nas possibilidades de trabalho do assistente social na Política de Educação, os artigos identificados na pesquisa subsidiaram a obtenção de respostas referentes à construção do papel do Serviço Social nesta Política de Educação.

Portanto, pode-se concluir a partir do relato dos diferentes profissionais que a prática profissional, pensada nesta área de trabalho, têm diversas possibilidades de atuação e cada experiência profissional identificada ressalta que as instituições, embora estejam trabalhando muitas vezes para uma mesma finalidade, ou seja, para a formação profissional, para a escolarização, para construção de um processo emancipador, são diferentes em diversos aspectos. São formadas e ainda existem por causa dos sujeitos envolvidos, e suas necessidades - políticas, culturais, econômicas – que ultrapassam o ambiente escolar.

A historicidade desse processo de formação da educação, vinculado a questões próprias do cotidiano e do ambiente em que as pessoas vivem, tornam-se pontos influenciadores no pensar dessa Política de Educação.

Assim, a reflexão sobre os avanços, por exemplo, com relação a análise diferenciada do conceito de criança e adolescente, a conquista de direitos reconhecidos legalmente, a educação pensada como um direitos de todos - embora muitas vezes entre em contradição com a realidade - são marcos históricos do progresso que envolve a Política de Educação.

Por outro lado, é fundamental para a compreensão da sociedade o entendimento de que essa mesma se organiza e constrói seu cotidiano seguindo uma ordem (LEFEBVRE apud CARLOS, 2005), porém, esse mesmo cotidiano, aparece como “...um lugar de confrontação que emerge na luta entre o permanente e o mutável; entre o irracional e o racional” ( CARLOS, 2005, p.23). Carlos (2005) ainda destaca a heterogeneidade, “entre os modos de vida, formas de morar, uso de terrenos da cidade por várias atividades econômicas...” (p.22) percebida ao se observar “a cidade”.

Dessa forma, a Política de Educação, precisa ser pensada diante dessas pequenas diferenciações presentes em cada contexto social a que está incluída, de modo a visualizar propostas de trabalho adequadas às necessidades e exigências dos envolvidos.

Portanto, a atuação do assistente social nas Instituições de ensino, assim como também em todos os elementos que abrangem a Política de Educação é essencial, pois este atua diretamente com as expressões da questão social colaborando, assim, com a formação de propostas de trabalho diante das expressões dessa questão social.

Contudo, para Almeida (2007), o reconhecimento das expressões da questão social não serve de justificativa para a inserção do assistente social na área da educação. Essa inserção deve expressar uma das estratégias para o enfrentamento da realidade, de modo que represente uma lógica mais ampla de organização de trabalho coletivo na esfera política educacional, pois a atuação diante dessas expressões da questão social, vivenciadas no ambiente escolar, não é de exclusividade dos assistentes sociais, mas sim de um grupo de profissionais especializados.

Cabe ressaltar também que para se refletir sobre a atuação dos assistentes sociais na Política de Educação envolve destacar que, embora essa pesquisa tenha deparado sua análise no que envolve a educação escolar,

Destarte, é fundamental que não se perca a dimensão de totalidade na compreensão do significado que a política educacional tem a partir desse desenho institucional na relação entre o mundo da cultura e o do trabalho, ou seja, no âmbito da dinâmica que particulariza as esferas da produção e da reprodução social. (ALMEIDA, 2007, p.06).

Constata-se que o exercício profissional diante de todos esses elementos apresentados exige um olhar também para a dimensão educativa que a própria profissão envolve. Dessa forma, a função pedagógica da prática do assistente social refere-se aos efeitos dessa ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos sociais envolvidos no processo, cooperando para a formação de subjetividades e padrões de conduta, individuais e coletivas, elementos esses constitutivos de uma cultura (ABREU, 2004).

A profissão assim incluída nas peculiaridades dessa sociedade capitalista, vinculada a luta pela hegemonia, pode acontecer tanto de forma a envolver uma pedagogia da “ajuda”, da “participação”, como pode desenvolver uma construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas. (ABREU, 2004).

Sendo que “toda relação de hegemonia é eminentemente pedagógica” (GRAMSCI apud ABREU, 2004, p. 45), a atuação do profissional assistente social

pensada na ótica da educação, envolve uma complexa trama de expressões e possibilidades em prol de uma luta por uma contra-hegemonia.

A adoção pelo assistente social da “forma pedagógica” que vise a emancipação dependerá também de uma série de elementos que envolvem, inclusive, um processo de formação continuada, ou seja, uma busca de elementos que subsidiem e fundamentem a prática profissional do assistente social neste campo de trabalho.

Portanto, cabe reafirmar a importância da reflexão sobre o papel do assistente social na educação de forma a serem discutidas quais as atribuições e funções do assistente social no contexto escolar, e quais são as possibilidades de atuação e de contribuição para essa realidade.

Dessa forma, o que se buscou neste trabalho foi justamente dar subsídios para futuras construções teóricas acerca do tema educação e a vinculação do assistente social nessa área de trabalho. Levantou-se, portanto, uma série de elementos, da reflexão a partir da produção textual dos autores selecionados na amostra da pesquisa bibliográfica, assim como também de outros subsídios teóricos encontrados no decorrer desta construção.

Pode-se assim destacar a centralidade da educação no processo de garantia da formação de sujeitos sociais na busca por uma conscientização, no intuito de transformar a sociedade em que vivem, de efetivar sua cidadania, de garantir sua emancipação enquanto sujeitos.

Dessa maneira, o assistente social, nesse processo de reflexão e sistematização de suas competências na área da educação deve visar a efetivação de uma transformação societária, construindo novas possibilidades, estudando a realidade em que trabalha e legitimando a importância de seu trabalho no Política de Educação, ou seja, da sua fundamental participação nesta Política.

Assim sendo, destacamos aqui a necessidade de aprimoramento das discussões que envolvem a temática da educação e a sua vinculação com o Serviço Social devido a importância da profissão neste campo de atuação. Além disso, cabe levantar novamente os questionamentos abordados neste trabalho para se pensar a atuação do assistente social nesta Política.

Dessa forma, questiona-se aqui, a partir da elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso, das análises realizadas através das leituras dos artigos disponibilizados pela pesquisa bibliográfica, assim como também por

questionamentos e sugestões feitos pelos membros da banca no processo de defesa deste trabalho, sobre as dificuldades para encontrar material bibliográfico que reflita diretamente sobre a atuação do assistente social no planejamento e na gerência da Política da Educação.

Assim, observou-se a partir da pesquisa que o trabalho do profissional assistente social no seu envolvimento efetivo com o planejamento e a gerência da Política da Educação não se fez presente.

Essa dificuldade nos faz remeter uma discussão que envolve historicamente nossa profissão. Ou seja, a profissão, em sua origem, vinculava-se a doutrina Social da Igreja trabalhando com a questão moral das famílias, da higiene pessoal, o privilegiamento da honradez, entre outros fatores, que condicionavam a prática profissional (FALEIROS, 2001). Além disso, a prática profissional era muito ligada ao imediato e a práticas assistencialistas.

Foi somente com o movimento de reconceituação que a questão da luta de classes, como também a questão social foram reconhecidas como um processo de luta, de movimento social - enfatizando-se mais a organização, a conscientização dos envolvidos (FALEIROS, 2001).

A partir do momento que a profissão rompe com as matrizes norte-americanas e européias, através da leitura política da profissão de base marxista (MIOTO, 2007), marca-se uma nova trajetória de possibilidades no campo de trabalho do Assistente Social.

Contudo, a prática profissional ainda é bastante vinculada ao “tratamento” dessas expressões da questão social existentes, no sentido de serem trabalhadas muitas vezes em seu imediato, cabendo dessa forma, um aprofundamento, uma análise de suas reais significações.

Com relação a esse aspecto, cabe ressaltar novamente um fator identificado por Marcheto et al. (2004) sobre a percepção enviesada pelo qual outros profissionais que atuam em conjunto com os assistentes sociais tem da profissão, notando que “[...] o trabalho esperado era de caráter ‘curativo’, ou seja, que o Serviço Social deveria estar ali para acabar ou minimizar os problemas disciplinares dos alunos.” (p. 06).

Em conta disso, sugere-se como forma também de aprimorar essas discussões acerca da inserção do assistente social na Política de Educação, a inclusão de uma disciplina que aborde sobre o tema no currículo do Curso de

Serviço Social da UFSC. Essa sugestão pode ser incorporada como forma de perpetuar a reflexão e análise no sentido de dar suporte a categoria profissional para a construção de propostas para atuação nesta Política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 79, Ano XXV, São Paulo: Cortez, 2004.

AOYAMA, Ana Lucia Ferreira, et al. **Políticas para a Educação a partir da década de 1990**: Forma de superação da questão social? In: VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2009.

ALMEIDA, Ney Teixeira de. Educação Pública e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**: O Enfrentamento da Pobreza em questão. Número 63. Ano XX. São Paulo: editora Cortez. Julho de 2000.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Educação**: novas perspectivas sócio-ocupacionais. In: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, Belo Horizonte, 2007.

ARRUDA, Helenita dos Santos; FRANÇA, Késsia Roseane de Oliveira. **O trabalho do Serviço Social na escola**: construindo estratégias para garantir direitos. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 10., 2006, Recife. Anais...Recife:ABEPSS. Disponível em < [www.abepss.org.br](http://www.abepss.org.br)>. Acesso em: 18 de agosto de 2009 (22:00).

BELLO, José Luíz de Paiva. Tipos de Pesquisa. In: **Metodologia Científica**, 2004. Disponível em < <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/met01.htm>> Acesso em 12 de agosto.

BRASIL, **Constituição Federativa de 1988**. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)> Acesso em 16 de julho de 2009 (14:02).

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Legislação brasileira para o Serviço Social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrução da (o) assistente social/ Organização Conselho Regional de Serviço Social do estado de São Paulo, 9ª região – Diretoria Provisória – 2ed. Revista, ampliada e atualizada até dezembro de 2005 – São Paulo: O Conselho, 2006.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação**. Aprovado pela Lei nº 10.172 de Janeiro de 2001. Disponível em < [http://www.diariooficial.hpg.com.br/plano\\_nac\\_educacao.htm](http://www.diariooficial.hpg.com.br/plano_nac_educacao.htm)> Acesso em 28 de setembro de 2009 (23:11).



BRESSAN, Carla R. (coord.) **Serviço Social na Educação**. Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação. CFESS. Brasília: 2001.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 8 ed. – São Paulo: Contexto, 2005. – (Repensando a Geografia).

CHAUÍ, Marilena. A alienação Social. In: **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

ESPÍNDOLA, Célio. Rumos da Educação Universitária. In: RAMPINELLI, Waldir José; ALVIM, Valdir; RODRIGUES, Gilmar. **Universidade: a Democracia Ameaçada**. São Paulo: Editora Xamã, 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. Acerca do objeto do Serviço Social: uma proposta de construção. In: FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Alexandre Borges de. Traços Brasileiros para uma análise organizacional. In: MOTTA, Fernando C. Prestes; CALDAS, Miguel (Org.) **Cultura Organizacional e Cultura Brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

FRIGOTO, Gaudêncio. Política Educacional e Questão Social. In: **Revista Em Foco: O Serviço Social e a Educação**. Edição nº 3, 1ª reimpressão. Conselho Regional de Serviço Social – 7ª região. Novembro de 2008.

FURLAN, Amabile. **Serviço Social escolar: buscando universalizar direitos conquistados**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 9., 2004, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ABEPSS. CD- Rom.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas 1999.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1990. – (Coleção Magistério – 2º grau. Série formação do professor).

GROSSI, Patrícia Krieger; BEZERRA, Maria Jacobina Da Cruz. **Educação: A Mediação De Conflitos Como Estratégia Metodológica**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 9., 2004, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ABEPSS. CD- Rom.

HARVEY, David. Transformações político-econômicas do capitalismo. In: **Condição Pós-moderna: uma pesquisa das origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2005.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. CRESS-CE, Debate nº 6. Fortaleza, 1997.

\_\_\_\_\_. A questão social no capitalismo. In: **Revista Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2ª ed. Ano 2, n.3 ( jan/jun 2001). Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LARA, Ângela Mara de Barros. A reforma do Estado e da Educação na década de 1990: reflexões e repercussões na saúde do professor de ensino fundamental. In: **Revista Ciência, Cuidado e Saúde**. Departamento de Enfermagem e Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Vol. 07. Nº 03, 2008.

LOPES, Eleni de Melo Silva. **Serviço Social e Educação: as perspectivas de avanços do profissional do serviço social no sistema escolar público**. 2005. Trabalho Acadêmico – UNESP – Campus de Marília, Marília, 2005.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao Marxismo**. São Paulo. Antídoto, 1978. Cap. XVII: “O Materialismo Histórico”.

MARCHETO, Aline A.; et al. **O Serviço Social e o projeto de extensão universitária do PET de Serviço Social**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 9., 2004, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ABEPSS. CD-Rom.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: elo pra construção da cidadania**. Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP). São Paulo, 2007.

MIOTO, Regina Célia Tamasio. **Serviço Social e Ações profissionais: proposições de um processo investigativo**. Florianópolis: UFSC/CSE/DSS, 2006 – mimeo; Porto Alegre:PUCRS – Palestra Proferida em 30/05/2007.

NUNES, Deise Gonçalves; OLIVEIRA, Renata Guimarães. **Serviço Social e Educação Infantil**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 9., 2004, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ABEPSS. CD- Rom.

PANOZZO, Vanessa Maria; et al. **A concepção de educação e a formação do profissional de serviço social**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 9., 2004, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ABEPSS. CD- Rom.

PEREIRA, Potyara A. P. **A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais**. In: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo I, Brasília, 1999.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 4ª Ed. 1994.

SANTANA, Necilda de Moura. O Serviço Social na Educação. In: **Revista Em Foco: O Serviço Social e a Educação**. Edição nº 3, 1ª reimpressão. Conselho Regional de Serviço Social – 7ª região. Novembro de 2008.

SILVA, Jocenir de Oliveira; OLIVEIRA, Jairo da Luz. **O processo de exclusão social de crianças hiperativas e com transtorno de déficit de atenção junto as escolas regulares encaminhadas as APAES**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 9., 2004, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ABEPSS. CD- Rom.

SILVA, Rúbia Pimentel da. **Projeto de Intervenção**. Disciplina de estágio curricular obrigatório I. Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

SILVA, Rúbia Pimentel da. **Relatório final de estágio**. Disciplina de estágio curricular obrigatório II. Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

SINGER, Paul. O capitalismo no Brasil. In: **O capitalismo**. São Paulo: Moderna, 1987.

SOUZA, Ilka de Lima. **Porque pensar o Serviço Social na Escola?** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 9., 2004a, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ABEPSS. CD- Rom.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social e Educação**: um diálogo necessário. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 9., 2004b, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ABEPSS. CD- Rom.

VASCONCELLOS, Marcos Antonio Sandoval; GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO, Rudnei Junior. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Editora Atlas, 7ª ed. 2007

VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Luciene de Cássia Policarpo. **Educação versus Punição**: a educação e o direito no universo da criança e do adolescente. Blumenau: Nova Letra, 2008.

VICENTE, Gabriela Augusto. **O Direito a Educação Infantil**: uma análise reflexiva sobre o olhar das educadoras em relação às crianças abrigadas. Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luisa Santos; NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994 - (Coleção Aprender & Ensinar).

WEIZENMANN, Márcia Salete Arruda; FAUSTINI, Martha Helena. **Formação profissional numa perspectiva educativo-crítica**: mobilizando mediações político-pedagógicas em sala de aula. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 9., 2004, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ABEPSS. CD- Rom.

ZANETTE, Christiane. **O Serviço Social e a cidadania escolar**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 9., 2004, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ABEPSS. CD- Rom.